



portalbenews.com.br



INSIGHT Para Ricardo Arten, eficiência portuária também passa pela gestão da água
▶ **p3**

OPINIÃO Porto precisa avançar na proteção à maternidade, diz Flávia Sammarco
▶ **p12**



Divulgação

Portos levam a presidenciáveis agenda para destravar investimentos

ATP reúne propostas para dragagem, acessos rodoviários e ferroviários, segurança jurídica e redução de custos no próximo governo ▶ **p9**

Divulgação



Governo projeta R\$ 3,3 bi para mapear minerais críticos
▶ **p15**

PORTOS Termares tem área alfandegada até definição do Tecon Santos 10
▶ **p10**

RODOVIAS Obras na BR-230 têm conclusão mantida para novembro
▶ **p14**

ENERGIA Multas e subvenção integram reação à alta dos combustíveis
▶ **p16**

EDITORIAL

78 terminais, US\$ 150 bilhões e quatro perguntas sem resposta

A Associação de Terminais Portuários Privados (ATP) encaminhou, aos candidatos à Presidência da República, uma carta aberta com propostas em quatro áreas — infraestrutura, regulação, segurança jurídica e competitividade — que representam, na prática, a agenda mínima do setor privado portuário para o próximo ciclo de governo. A ATP reúne 78 terminais de uso privado, responsáveis por 60% da movimentação portuária nacional. A afirmação da entidade de que, sem a capacidade instalada por esses terminais, o País poderia enfrentar estrangulamento logístico com impacto superior a US\$ 150 bilhões nas exportações não é retórica de lobby, Esta é uma estimativa que qualquer análise séria da dependência do comércio exterior brasileiro da infraestrutura portuária privada confirma. O problema é que, com eleições em outubro e candidatos em campanha, nenhum presidenciável apresentou até agora resposta equivalente em profundidade ao que a ATP colocou na mesa.

As quatro áreas destacadas na carta apontam as condições para que o setor portuário brasileiro avance de forma sustentada. Infraestrutura: dragagem regular de manutenção nos canais, investimentos nos acessos rodoviários e ferroviários, conservação dos corredores logísticos próximos ou acima da capacidade. Regulação: coordenação entre órgãos públicos, redução de procedimentos duplicados, análise de impacto regulatório antes de novas normas. Segurança jurídica: diretrizes para a Convenção 169 da OIT e regulamentação da Lei Geral do Licenciamento Ambiental — os dois pontos que aparecem em praticamente todo processo de licenciamento de infraestrutura e que, sem regulamentação clara, continuarão gerando os impasses como os observados nos processos envolvendo o Rio Tapajós e a Margem Equatorial. Competitividade: redução do custo Brasil e formação de mão de obra portuária e aquaviária.

O pedido de diretrizes nacionais para a aplicação da Convenção 169 da OIT é o ponto mais delicado da carta e o mais necessário. A Convenção 169, que protege o direito de consulta prévia de comunidades indígenas e tradicionais afetadas por projetos de desenvolvimento, é um instrumento de direito internacional válido e constitucionalmente incorporado ao ordenamento brasileiro. O problema não é a convenção; é a ausência de regulamentação que defina com clareza quais comunidades devem ser consultadas, em que momento do processo, com qual procedimento e com qual distribuição de responsabilidades entre o poder público e o empreendedor. Essa ausência de clareza produziu, nos últimos anos, uma sequência de impasses em projetos de infraestrutura portuária, hidroviária e de mineração em que tanto os empreendedores quanto as comunidades saíram prejudicados: os primeiros por incerteza que elevou o custo de capital e atrasou obras; as segundas por processos de consulta realizados de forma inadequada ou extemporânea. A regulamentação que a ATP pede não fragiliza a Convenção 169. Dá a ela a eficácia que a ambiguidade atual impede.

A carta da ATP tem um valor que vai além da representação setorial. Ela cobra dos candidatos presidenciais propostas concretas, com endereço, para os gargalos logísticos que o comércio exterior brasileiro enfrenta. Os candidatos que receberem essa carta têm, agora, a oportunidade de responder com o mesmo nível de especificidade — não com declarações de apoio ao setor portuário, mas com posição sobre dragagem regular com financiamento definido, sobre a lei de licenciamento ambiental, sobre a Convenção 169, sobre os corredores logísticos saturados e sobre a formação de mão de obra que 74 mil empregos diretos e indiretos em expansão vão exigir nos próximos anos. Que o debate eleitoral de outubro produza respostas à altura do documento que a ATP entregou.

NESTA EDIÇÃO

MANCHETE
9 Setor portuário leva a presidenciáveis propostas para destravar investimentos

- EDITORIAL
2 78 terminais, US\$ 150 bilhões e quatro perguntas sem resposta
- INSIGHT
3 “Eficiência também passa pela forma como usamos a água”, por Ricardo Arten
- HUB
4 Em Belém, Lula reforça que não fará dragagem no rio Tapajós
- POLÍTICA
4 CNBB rebate acusação de Flávio sobre padroeira
6 Bets recorrem ao STF contra MP que proibiu apostas no Brasil
7 Pesquisa mostra que maioria apoia fim das bets e outras medidas
8 Ricardo Salles desiste do Senado e Tarcísio ‘abre portas’ ao Novo
- TRANSPORTES | PORTOS
10 Termares tem área alfandegada até definição do Tecon Santos 10
Receita fixa prazo de 48h para retirada de cargas em Santos
- TRANSPORTES | PORTOS > OPINIÃO
12 “Maternidade no cais: direitos da trabalhadora portuária avulsa”, por Flávia Sammarco
- TRANSPORTES | RODOVIAS
14 Após paralisação, obras na BR-230 têm conclusão mantida para novembro
BR-163/MT vence Prêmio IRI pelo segundo ano consecutivo
- MINERAÇÃO
15 Governo prevê R\$ 3,3 bi para mapear minerais críticos
- ENERGIA
16 Multas e subvenção integram reação à alta dos combustíveis
- INOVAÇÃO & TECNOLOGIA | OPINIÃO
17 “Nuvens estrangeiras, soberania em risco”, por Augusto Cesar Barreto Rocha
- COMÉRCIO EXTERIOR
18 Governo confirma abertura da China a miúdos suínos do Brasil
Chineses podem atender pedido dos EUA
- FINANÇAS
19 Dívida Pública Federal cresce 0,04% em agosto: R\$ 9,2 trilhões
Dólar atinge maior nível desde março
- COMUNICAÇÃO & MARKETING | OPINIÃO
20 “Ser conhecido não significa ser confiável”, por Clara Laface
21 “O jornalismo é uma infraestrutura cívica. Nós precisamos apoiá-lo”, por Alberto Iburguen
- JUSTIÇA
22 Nunes Marques reclama a Fachin de interferência do STF no TSE
Novo pede anulação de medida de Dino
- INTERNACIONAL
23 Ataque russo atinge Academia Nacional de Ciências da Ucrânia
Reino Unido sofre críticas por soltura
24 EUA cancelam vistos de juízes e autoridades sul-americanas
Mediadores tentam acabar com guerra



Sistema BE News de Comunicação

Sede
Alameda Campinas, 802, 6º andar
Jardins - São Paulo/SP
01404-200, BR

Sucursal Brasília
Casa Brasil Export
SHIS QL 26, Cj. 6, Casa 1
Lago Sul - Brasília/DF
71630-095, BR

Sucursal Santos
Rua Brás Cubas, 37, 1º andar
Centro - Santos/SP
11013-919, BR

Diretor-presidente
Fabrício Julião

Diretor-superintendente
Márcio Delfim

Diretora administrativo-financeira
Jacyara Lima

Diretor-geral
Leopoldo Figueiredo

Diretora comercial
Roberta Riccioppo

Editor-executivo | Jornal BE News
Alexandre Fernandes

Sub-editor |Jornal BE News
Luciano Ribeiro

Editores-executiva | Portal BE News
Vanessa Pimentel

Equipe de Reportagem
Cássio Lyra, Júnior Batista e Geovanna Barbosa (Estagiária)

Design | Jornal BE News
Mônica Mathias (Editora),
Fernando Cláudio Peel e Ricardo Lessa



O Jornal BE News é filiado à

FALE COM A GENTE

ATENDIMENTO AO LEITOR
Se você quer perguntar, sugerir pautas ou enviar informações a nossa equipe de jornalistas, escreva um e-mail para atendimento@portalbenews.com.br

INSCREVA-SE
Acompanhe as últimas notícias do Portal BE News. Para isso, inscreva-se em www.portalbenews.com.br

PUBLICIDADE
publicidade@redebenews.com.br



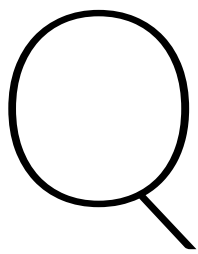


RICARDO ARTÉN
CEO do Porto Itapoá

opinioao@portalbenews.com.br

► GESTÃO

Eficiência também passa pela forma como usamos a água



Quando pensamos na operação de um porto, é natural que a primeira imagem seja a de navios, contêineres, equipamentos e grandes volumes de carga. Existe uma estrutura inteira funcionando por trás disso. Pessoas, energia, água, tecnologia e processos precisam estar coordenados para que a operação aconteça com segurança e eficiência.

A água ocupa um lugar importante nessa rotina. Está presente nas instalações, nos serviços de apoio e em diferentes atividades do terminal. Por isso, a maneira como utilizamos esse recurso precisa fazer parte

das decisões de gestão.

No Porto Itapoá, temos trabalhado para reduzir o consumo de água potável e aumentar as possibilidades de reaproveitamento. Desde a inauguração da III fase de expansão, em janeiro de 2024, já ultrapassamos 2 milhões de litros de água reutilizados.

Esse resultado vem da Estação de Reuso de Água, instalada no terminal e equipada com tecnologia de membranas internas. O sistema tem capacidade para tratar até 10 mil litros por dia. Depois do tratamento, a água retorna para a operação e pode ser utilizada em sanitários, na lavagem de veículos, na gestão de resíduos e em outras atividades internas.

A lógica é simples: sempre que uma atividade não exige água potável, existe a possibilidade de avaliar o uso de água tratada. Isso exige estrutura, controle e tecnologia. Também exige que o processo seja pensado desde o início para que o recurso possa circular novamente dentro da operação.

Esse tipo de solução ganha relevância quando olhamos para o volume acumulado ao longo do tempo. Dois milhões de litros reutilizados representam uma quantidade concreta de água que deixou de ser destinada a um único uso. O número também mostra que pequenas decisões operacionais, quando mantidas de forma consistente, podem produzir resultados relevantes.

A gestão da água no Porto Itapoá envolve ainda o tratamento dos efluentes gerados no terminal. O sistema existe desde o início das operações e trata, atualmente, uma média de 20 mil litros por dia provenientes dos sanitários, do refeitório e da cozinha do prédio administrativo.

A estrutura tem capacidade superior a 70 mil litros diários e já ultrapassa 7 milhões de litros de efluentes tratados por ano. Em 2022, o sistema foi atualizado com tecnologia de membranas biorreativas, permitindo aprimorar o processo de tratamento.

Hoje, a água resultante desse sistema apresenta qualidade adequada para reuso. Estamos avaliando novas aplicações, entre elas a limpeza de áreas e equipamentos do terminal. O objetivo é ampliar o aproveitamento da água tratada e reduzir ainda mais a necessidade de água potável em atividades que não dependem dela.

Esse processo também mostra algo que considero importante na

gestão ambiental: não existe uma etapa definitiva. Um sistema é instalado, começa a operar, seus resultados são acompanhados e novas possibilidades aparecem. A partir daí, cabe avaliar o que pode ser aprimorado.

A tecnologia tem um papel importante nesse caminho. No caso do tratamento de efluentes, por exemplo, a atualização realizada em 2022 permitiu incorporar uma solução mais avançada ao sistema existente. O mesmo princípio orienta a Estação de Reuso de Água.

Investir em tecnologia, nesse contexto, significa buscar soluções que tenham aplicação real na operação. O resultado precisa aparecer no processo, nos indicadores e no uso mais eficiente dos recursos.

Essa visão também está relacionada ao lugar onde o Porto Itapoá está inserido. Nossa operação está na Baía da Babitonga, um ambiente de grande importância para Santa Catarina. Fazer parte desse território traz uma responsabilidade permanente com a forma como utilizamos seus recursos e conduzimos nossas atividades.

O setor portuário convive diariamente com esse desafio. A atividade precisa crescer, acompanhar as necessidades do comércio exterior e manter altos níveis de eficiência. Ao mesmo tempo, precisa considerar os impactos que essa operação produz e encontrar formas de reduzi-los.

Essa discussão esteve presente no tema escolhido pela Organização Marítima Internacional para o Dia Marítimo Mundial de 2026: “From Policy to Practice: Powering Maritime Excellence”. A ideia de transformar compromissos em práticas concretas tem relação direta com o que buscamos fazer no dia a dia.

No nosso caso, isso passa por medir o que consumimos, tratar o que pode ser tratado e encontrar novos usos para aquilo que ainda pode voltar à operação.

Os mais de 2 milhões de litros de água reutilizados desde 2024 são resultado desse trabalho. Os mais de 7 milhões de litros de efluentes tratados por ano também ajudam a dimensionar o que já foi construído. Esses números servem ainda como ponto de partida para novas metas.

A gestão ambiental precisa acompanhar a evolução da operação. À medida que o terminal cresce, surgem novas demandas, novos processos e novas oportunidades para melhorar o uso dos recursos.

No Porto Itapoá, queremos continuar avançando nessa direção. A gestão da água é uma das frentes em que conseguimos medir esse avanço de maneira bastante concreta. Temos uma estrutura funcionando, resultados que podem ser acompanhados e novas aplicações em estudo.

Para mim, esse é o caminho mais consistente: identificar uma necessidade, investir em uma solução, acompanhar o resultado e procurar o próximo avanço. Quando esse ciclo passa a fazer parte da gestão, a sustentabilidade deixa de depender de ações pontuais e começa a aparecer na rotina da operação.

No fim, cuidar melhor da água também é uma forma de administrar melhor um porto. E esse é um compromisso que precisa continuar evoluindo junto com a nossa operação.

POLÍTICA



LEOPOLDO
FIGUEIREDO
E COLABORADORES
leopoldo.figueiredo@redenebnews.com.br

Dragagem, não!

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva reforçou publicamente, durante comício em Belém (PA) na noite dessa segunda-feira, dia 28, que o Governo Federal não autorizará nenhuma obra de dragagem para transporte de cargas no rio Tapajós enquanto estiver à frente do Poder Executivo. Na mesma agenda, o presidente prometeu concluir e inaugurar até o final do ano os 30 quilômetros restantes do trecho final da rodovia BR-163 até Santarém. O evento político reuniu lideranças aliadas do governo no Pará. Entre os presentes estavam a candidata ao governo estadual Hana Ghassan (MDB) e seu vice Dirceu Caten (PT), os candidatos ao Senado Helder Barbalho (MDB), Chicão (MDB) e Celso Sabino (PDT), o senador Beto Faro (PT), o prefeito de Belém, Igor Normando (PSDB), além do ex-governador Jader Barbalho e da primeira-dama Janja Lula da Silva.

Promessa

A decisão presidencial consolida uma mudança direta na logística de escoamento de grãos do Centro-Oeste rumo aos portos amazônicos. O projeto de dragagem emergencial no rio Tapajós era defendido por grandes tradings do agronegócio, para mitigar o encalhe de barcaças motivado pela seca severa decorrente do fenômeno El Niño. Agora, para compensar as restrições ao transporte hidroviário de grande porte no Tapajós, o Governo promete que a conclusão da BR-163 garantirá o tráfego contínuo de carretas até os terminais de transbordo de Santarém, evitando a retenção de grãos no Mato Grosso e no sul do Pará.

Nova gestão

O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) e a concessionária Fraport Brasil realizam, nesta terça-feira, a solenidade oficial que marca o início da gestão privada do Aeroporto Regional Comandante Ariston Pessoa, em Jericoacoara (CE). O evento conta com a presença do ministro de Portos e Aeroportos, Tomé Franca, e integra as entregas estratégicas do Programa AmpliAR, política pública do governo federal voltada para a atração de investimentos privados na ampliação e modernização de terminais aeroportuários regionais em todo o País.

Investimentos

A transferência da gestão para a operadora alemã, vencedora do leilão do AmpliAR com a apresentação de proposta para a concessão do ativo, prevê aportes imediatos na qualificação da infraestrutura de solo, ampliação do pátio de aeronaves, expansão das áreas de segurança de pista (RESA) e modernização do terminal de passageiros.

CNBB rebate acusação de Flávio sobre padroeira

Conferência dos Bispos do Brasil nega ter participado de polêmica e diz que mentira não se combate com mentira

Reprodução/ Facebook



Flávio, em passagem por São Paulo, disse que a nota da CNBB confirma que “essa história de Nossa Senhora Aparecida deixar de ser a padroeira do Brasil era uma grande mentira”

Agência Brasil

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) divulgou uma nota na qual nega ter produzido, autorizado ou participado da elaboração ou divulgação de informações falsas relacionadas ao atual processo eleitoral.

A declaração veio a público após o candidato do PL à Presidência da República, Flávio Bolsonaro, ter acusado “gente de dentro da CNBB” de ter ajudado na divulgação de que, se eleito, retiraria de Nossa Senhora da Aparecida o título de padroeira do Brasil.

“A maior fake news da campanha foi essa sobre Nossa Senhora Aparecida. Nunca existiu movimento para tirar dela o título de padroeira do Brasil”, disse o candidato.

A nota da CNBB informou que a entidade “repudia a produção e a utilização de informações falsas, independentemente de sua

origem ou de quem possam beneficiar ou prejudicar”, e que não integra qualquer estrutura político-partidária, de partido ou candidatura.

Na sequência, informou que suas manifestações sobre as eleições “decorrem de sua missão pastoral e de princípios públicos expressos em seus documentos, orientados pela dignidade humana, pelo bem comum, pela democracia e pela liberdade de consciência”.

Flávio Bolsonaro também reagiu à nota da CNBB e disse que ela confirma ser falsa a informação de que ele articularia a retirada do título de padroeira do Brasil de Nossa Senhora Aparecida. Em entrevista durante visita ao Mercado Municipal de São Paulo, o senador agradeceu à entidade e voltou a negar que tenha essa intenção.

“Eu estava esperando a nota da CNBB, e ela saiu. Foi uma boa nota, esclarecedora, porque confirma que essa história de Nossa Senhora Aparecida deixar de ser a padroeira do Brasil era uma grande mentira. É a maior

fake news desta campanha”, disse Flávio. A nota foi divulgada no domingo, 27.

O documento, porém, trata especificamente de uma acusação feita pelo próprio candidato. No domingo, Flávio afirmou que pessoas de dentro da CNBB teriam ajudado o PT a espalhar o boato. A conferência respondeu que não produziu, autorizou nem participou da elaboração ou divulgação de informações falsas relacionadas à eleição.

Também afirmou que atribuir à instituição participação em uma estrutura de desinformação sem apresentar provas atinge injustamente. “A mentira não se combate com outra mentira”, disse a entidade. A nota não atribui ao PT a autoria do boato.

Nesta segunda, Flávio manteve a acusação contra adversários políticos. Disse que a informação foi “potencializada pelo PT” e compartilhada, sem apresentar provas, pela primeira-dama, Janja Lula da Silva, e pela candidata ao Senado Simone Tebet (PSB).

FÓRUM NACIONAL BRASIL EXPORT 2026

6 de outubro

GRUPO
**BRASIL
EXPORT**

10h45 - Painel

ESG além do discurso: negócios,
impacto e competitividade

Moderação:

Debatedoras:



**BÉATRICE DE
TOLEDO DUPUY**
Presidente do Conselho
ESG do Brasil Export



CARLA LEAL
Diretora de Mercado
para a América
Latina do CDP



**DANIELLY
MELLO FREIRE**
Diretora Brasil da Global
Reporting Initiative (GRI)



**FABÍOLA
SOUZA JULIÃO**
Presidente do Instituto
Autismo Brasil



**MÔNICA
GREGORI**
Diretora de Impacto do
Pacto Global da ONU -
Rede Brasil

Royal Tulip Alvorada
Brasília - DF

Confira a Programação em
www.forumbrasilexport.com.br



Transmissão ao vivo e gratuita
pelo canal da TV BE News

**BRASIL
EXPORT**
FÓRUM NACIONAL DE INFRAESTRUTURA
DE TRANSPORTES, ENERGIA E MINERAÇÃO

INTERLOCUTORES



REALIZAÇÃO

GRUPO
**BRASIL
EXPORT**

PROCESSO

bossa
Marketing & Eventos

MAESTRIA

BE
CONSEJO DE EMPRESAS

VEÍCULO OFICIAL

BE
NEWS

POLÍTICA

Bets recorrem ao STF contra MP que proibiu apostas no Brasil

Representantes das casas de apostas online argumentam que o governo federal atropelou as regras ao usar uma Medida Provisória sem demonstrar qualquer urgência real

Estadão Conteúdo

A Associação Nacional de Jogos e Loterias (ANJL) e o Instituto Brasileiro de Jogo Responsável (IBJR) acionaram o Supremo Tribunal Federal (STF) nesta segunda-feira, 28, para tentar derrubar a medida provisória editada pelo governo do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na semana passada, que proibiu as bets de funcionarem no Brasil.

A norma do governo federal mandou fechar o cerco contra o setor, proibindo de vez o funcionamento, a propaganda e a oferta de apostas esportivas e jogos virtuais no País, além de cancelar as licenças das empresas que já operavam de forma legalizada. O pedido foi enviado ao gabinete do ministro Luiz Fux, que já cuida das ações que discutem as regras desse mercado.

As associações argumentam que o governo atropelou as regras ao usar uma MP sem demonstrar qualquer urgência real que justificasse a decisão. Também apontaram a falta de estudos técnicos que embasem

a medida ou exposição clara de motivos que justifiquem a proibição.

Em uma passagem da petição, as entidades afirmam que um pedido de acesso à informação foi protocolado ainda em 20 de setembro, cinco dias antes da edição da MP, exigindo do Ministério da Fazenda a exposição de estudos que sustentariam uma eventual proibição das bets.

“A resposta conclusiva, datada de 24/09/2026, véspera da edição da medida provisória, registra a decisão ‘informação inexistente’: ‘Não foram identificados

estudos, notas técnicas, pareceres, relatórios ou outros documentos especificamente destinados a avaliar os impactos econômicos, fiscais, regulatórios ou sociais decorrentes de eventual proibição”, dizem as associações, no documento enviado ao STF.

Outorgas

A questão das outorgas, uma espécie de “licença para operação”, é citada ainda como uma fonte de insegurança jurídica.

As bets pagavam R\$ 30 milhões ao governo federal

para operarem no País durante um período de cinco anos. Os montantes pagos, entretanto, podem não ser ressarcidos.

AANJL e o IBJR questionam a mudança abrupta das regras, logo depois que as empresas do setor se adaptaram às exigências de funcionamento impostas pelo próprio Executivo.

“A medida provisória nº 1.394/2026, ao proibir de súbito essas atividades, frustra a confiança legítima e os direitos adquiridos pelos operadores que, de boa-fé, acreditaram nas promessas regulatórias do Estado”,

apontam as associações.

Além disso, mostram que o dinheiro movimentado em apostas no primeiro semestre de 2026, na verdade, caiu em relação ao mesmo período do ano passado, o que afastaria a tese de um crescimento fora de controle.

TCU

O subprocurador-geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (MPTCU), Lucas Rocha Furtado, protocolou nesta segunda-feira um pedido de cautelar para que a proibição das chamadas bets no Brasil só entre em vigor em 31 de dezembro.

Ele mencionou a necessidade de um período de transição adequado, visando à segurança jurídica. Além disso, foi alegado “caráter eleitoreiro” na edição de Medida Provisória (MP) que pôs fim à autorização de funcionamento das apostas eletrônicas.

O pedido de medida cautelar foi feito ao Tribunal de Contas da União (TCU). Não há, até o momento, manifestação da Corte de Contas, que precisa analisar os requisitos de admissibilidade da representação antes de eventual prosseguimento da análise do caso.



Joédson Alves / Agência Brasil

As bets questionam a mudança abrupta das regras, logo depois que se adaptaram às exigências de funcionamento impostas pelo próprio governo

Governo também vai à Justiça por reembolso

Agência Brasil

A Advocacia-Geral da União (AGU) anunciou nesta segunda-feira (28) que entrou na Justiça para cobrar os gastos do Sistema Único de Saúde (SUS) com o trata-

mento dos danos causados pelos jogos on-line.

A ação civil pública foi protocolada na Justiça Federal em Pernambuco contra 17 plataformas de apostas esportivas e pede a reparação mínima de R\$ 1 bilhão em danos morais coletivos.

A AGU também requereu à Justiça a restituição em dobro dos valores

apostados por pessoas com ludopatia, sintoma que é caracterizado pelo vício compulsivo em jogos.

O órgão citou que os gastos do SUS são maiores que os valores arrecadados pelo governo com os impostos pagos pelas bets, que repassariam cerca de R\$ 50 milhões aos cofres públicos.

“As empresas deman-

dadas privatizam proveitos expressivos decorrentes da captação financeira de milhões de apostadores, enquanto transferem para o SUS e para toda a sociedade o custo orçamentário decorrente do adoecimento coletivo”, argumentou a AGU.

“Esses elementos, tecnicamente equivalentes aos utilizados em jogos de

azar com potencial reconhecido de geração de dependência, produzem um efeito colateral sistemático: o adoecimento psíquico de parcela significativa dos usuários, sob a forma de ansiedade, quadros depressivos, transtorno do jogo e, em casos extremos, ideação suicida associada ao endividamento”, completou.

Pesquisa mostra que maioria apoia fim das bets e outras

Segundo levantamento Quaest, 62% aprovam a proibição das apostas online. Assim, Lula cresceu nas intenções de voto de católicos e evangélicos, enquanto Flávio Bolsonaro caiu

Ricardo Stuckert

Estadão Conteúdo

A maioria da população brasileira apoia as três apostas recentes do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Segundo pesquisa Quaest divulgada nesta segunda-feira, 28, 59% das pessoas aprovam reajuste de 15% do Bolsa Família, 62% aprovam restrição às apostas online (bets) e 58% aprovam canetas emagrecedoras no SUS.

A restrição às apostas esportivas é a mais popular, e a aprovação de 62% é resultado da soma dos 40% que sabiam da medida e a apoiam com os 22% que não sabiam, mas a consideraram uma boa ideia.

A pesquisa é a primeira da Quaest após a proibição das bets no País, anunciada por Lula na tarde da última sexta-feira, 25. O levantamento foi realizado entre os dias 24 e 27 de setembro e mede, em parte, os efeitos da medida.

O presidente Lula

avançou nas intenções de voto entre católicos e evangélicos tanto no primeiro quanto no segundo turno, segundo pesquisa Quaest divulgada nesta segunda. No primeiro turno, Lula passou de 43% para 48% entre os católicos, enquanto Flávio Bolsonaro (PL) foi de 27% para 29%. Entre os evangélicos, o petista oscilou de 23% para 27%, enquanto Flávio recuou de 49% para 46%.

No segundo turno, Lula passou de 46% para 50% entre os católicos, enquanto Flávio permaneceu em 37%. Já entre os evangélicos, o presidente oscilou de 28% para 30%, ao passo que o candidato do PL recuou de 58% para 54%.

O levantamento foi divulgado em meio à polêmica sobre Nossa Senhora Aparecida, que ganhou repercussão nas redes sociais após discussões sobre um projeto arquivado há quase 20 anos que tinha como objetivo retirar o título da santa como padroeira do Brasil.

Baixa renda

O presidente também am-



O presidente Lula avançou nas intenções de voto entre católicos e evangélicos tanto no primeiro quanto no segundo turno

pliou a vantagem sobre Flávio Bolsonaro entre eleitores com renda familiar de até dois salários mínimos e entre beneficiários do Bolsa Família, segundo pesquisa Quaest.

No primeiro turno, Lula passou de 49% para 52% entre os eleitores com renda de até dois salários mínimos, enquanto Flávio permaneceu em 23%. A distância numérica entre os dois passou de 26 para 29 pontos percentuais.

Na simulação de segundo turno, Lula passou de 52% para 55% nesse

mesmo grupo, enquanto Flávio recuou de 30% para 29%. Os votos em branco, nulos e de eleitores que dizem não votar foram de 13% para 11%, enquanto os indecisos permaneceram em 5%.

Entre beneficiários do Bolsa Família, Lula oscilou de 52% para 53% no primeiro turno, enquanto Flávio passou de 23% para 21%. A diferença numérica entre os dois aumentou de 29 para 32 pontos percentuais. Neste cenário, brancos aumentaram para 10%, enquanto os indecisos se mantiveram em 5%.

No segundo turno, Lula avançou de 56% para 59% entre os beneficiários do programa, enquanto Flávio recuou de 30% para 27%. Brancos, nulos e eleitores que dizem não votar passaram de 12% para 11%, e os indecisos foram de 2% para 3%.

As margens de erro especificamente desses recortes são de quatro pontos percentuais entre eleitores com renda familiar de até dois salários mínimos e de cinco pontos entre beneficiários do Bolsa Família, sempre para mais ou para menos.

Lula e Flávio empatam em 42% no 2º turno

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) registram 42% das intenções de voto cada em um eventual segundo turno da eleição presidencial, segundo pesquisa Quaest.

Na pesquisa divulgada no dia 21 de setembro, Flávio aparecia com 42%, ante 41% de Lula. Em uma semana, portanto, o senador permaneceu estável, enquanto o petista oscilou

um ponto percentual para cima, eliminando a diferença de um ponto que havia entre os dois.

No cenário entre Lula e Flávio, os votos em branco, nulos e de eleitores que dizem não votar passaram de 14% para 13% em uma semana. Já os indecisos permaneceram em 3%.

Nas demais simulações de segundo turno, Lula registra 43% contra 40% do ex-governador

de Goiás Ronaldo Caiado (PSD). Na semana passada, os dois tinham 41% e 39%, respectivamente. O petista avançou dois pontos percentuais, enquanto Caiado oscilou um ponto para cima.

Contra o escritor Augusto Cury (Avante), Lula aparece com 42%, ante 33% do adversário. No levantamento anterior, o placar era de 39% a 35%. Lula oscilou três pontos porcen-

tuais para cima, enquanto Cury recuou dois.

Na disputa com Renan Santos (Missão), Lula tem 42% e o adversário, 39%. Há uma semana, os dois registravam 41% e 38%, respectivamente, o que representa oscilação de um ponto percentual para cima para ambos.

Já contra Romeu Zema (Novo), Lula mantém os 46% registrados na semana passada, enquanto o ex-go-

vernador de Minas Gerais passou de 32% para 30%.

No primeiro turno, Lula tem 39% das intenções de voto, enquanto Flávio Bolsonaro registra 34%.

Augusto Cury oscilou de 6% para 4% e está empatado tecnicamente com Ronaldo Caiado, que se manteve com 4% nas últimas duas semanas. Renan Santos se manteve em 3% e Romeu Zema apareceu com 1%.

POLÍTICA

Ricardo Salles desiste do Senado e Tarcísio ‘abre portas’ ao Novo

O deputado vai apoiar Derrite e André do Prado, candidatos do governador de SP. Por outro lado, o Partido Novo pode estar presente no governo estadual em possível reeleição

Estadão Conteúdo

O deputado federal Ricardo Salles (Novo) desistiu da candidatura ao Senado de São Paulo. O anúncio foi feito ao lado do governador do Estado, Tarcísio de Freitas em ato com jornalistas na manhã desta segunda-feira, 28.

Os candidatos Guilherme Derrite (PP) e André do Prado (PL), apoiados por Tarcísio na corrida ao Senado, também estavam presentes e ganharam o apoio do ex-ministro do Meio Ambiente

do governo Bolsonaro.

De acordo com a última pesquisa do instituto Datafolha divulgada na quinta-feira, 24, Salles era o quinto colocado na disputa, com 4% das intenções de voto. A candidata Marina Silva (Rede) aparecia numericamente na frente, com 15% das intenções de voto. Simone Tebet (PSB) tinha 14%, enquanto Derrite e André do Prado pontuaram 12% cada. Os quatro estavam em empate técnico dentro da margem de erro de dois pontos percentuais para mais ou para menos.

O prefeito da capital, Ricardo Nunes (MDB), presente em ato de campanha

do presidenciável Flávio Bolsonaro (PL) em São Paulo, disse que a decisão de Salles de sair da disputa foi um “ato de grandeza”. “Agiu corretamente porque assim não divide os votos da direita”, afirmou.

Salles foi um dos sete participantes do debate entre candidatos ao Senado promovido pelo Estadão em parceria com a Fundação Armando Álvares Penteado (Faap) na última quarta-feira, 23. Durante o programa, o candidato marcou posição à direita, mas criticou o PL e André do Prado, a quem chamou de “marionete do Valdemar Costa Neto”, presidente do partido.

Sem contrapartida?

Na conversa com o Salles e dirigentes do Novo, o governador Tarcísio de Freitas não prometeu cargos, mas disse que quer a legenda mais próxima do Palácio dos Bandeirantes em um eventual segundo mandato.

A declaração de Tarcísio, na visão de pessoas que estavam presentes, deixou no ar a possibilidade de a sigla passar a fazer parte do secretariado do governador. Um integrante do Novo demonstrou ceticismo ao Estadão de que isso se concretize, mas não descartou totalmente a hipótese, já que a articulação foi feita

pelo governador diretamente com Salles. A expectativa é que o assunto seja retomado após a eleição.

Salles e Tarcísio conversaram ao longo da última semana sobre o assunto. Ao ser questionado se Salles viraria secretário, Tarcísio desconversou e disse que a aliança que foi selada era de “propósito” e de “projeto”.

“O Novo é um repositório de excelentes quadros, é um partido que merece todo o nosso apreço, um partido que tem se destacado, tem revelado talentos para a política. O Salles é um grande talento, nós temos outros grandes talentos no partido. Agora, o mais importante é garantir unidade neste momento. Este momento é crítico, é um momento de decisão, nós precisamos mostrar isso para as pessoas, mostrar que há uma alternativa, um projeto, e que está todo mundo unido em prol desse projeto”, afirmou.

O argumento do governador, também encampado por Salles, é que é necessário concentrar forças nas candidaturas de Derrite e André do Prado para evitar que a esquerda eleja Simone Tebet (PSB) ou Marina Silva (PSB) para ao menos uma das duas vagas em disputa.



Reprodução / Instagram

Na conversa de Tarcísio de Freitas com Ricardo Salles, o governador disse que quer o Partido Novo ao seu lado caso vença a eleição em São Paulo

Alvos da decisão, Tebet e Marina reclamam

As duas candidatas ao Senado por São Paulo alinhadas ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e à esquerda, Marina Silva (Rede) e Simone Tebet (PSB), criticaram no início da tarde desta segunda-feira, 28, a desistência de Ricardo Salles (Novo) do pleito.

Pela manhã, Salles fez um anúncio ao lado do governador Tarcísio de Freitas

(Republicanos) dizendo que desistiu da candidatura ao Senado e que agora apoia André do Prado (PL) e Guilherme Derrite (PP).

“Salles se rendeu ao Centrão!”, escreveu Tebet em publicação no X. “Nossa candidatura agora é a única com independência e coragem para defender São Paulo no Senado”, acrescentou a ex-ministra do Planejamento

do presidente Lula.

Ao longo de toda a campanha, Salles acusava André do Prado de não ser de direita de verdade, e sim ligado ao “Centrão”. Durante debate organizado pelo Estadão e a Faap na última semana, Salles chegou a dizer que André do Prado seria “uma marionete” do presidente nacional do PL, Valdemar da Costa Neto.

Também em publicação no X, Marina Silva escreveu que a desistência de Salles “desrespeita seus eleitores” e os deixa abandonados às vésperas da votação. A ex-ministra do Meio Ambiente ainda disse que a manobra foi “um vale-tudo” da direita para “conter o avanço das duas candidatas mulheres do campo progressista”.

“Esse é um tempo difícil que exige coerência para dizer, em atitudes práticas, que não vale tudo para ganhar uma eleição”, acrescentou Marina.

A candidata ao Senado por São Paulo Soninha Francine (Cidadania) recomendou o voto na ex-ministra do Planejamento Simone Tebet (PSB) para a segunda vaga ao Senado.

Setor portuário leva a presenciáveis propostas para destravar investimentos

Agenda da ATP inclui dragagem permanente, melhoria dos acessos, segurança jurídica, menos burocracia e redução do Custo Brasil

Da Redação
redacao.jornal@redenenews.com.br

A Associação de Terminais Portuários Privados (ATP) apresentou aos candidatos à Presidência da República uma agenda com medidas para ampliar investimentos e reduzir gargalos no setor portuário no próximo ciclo de governo. A carta aberta da entidade reúne propostas em quatro áreas: infraestrutura, regulação, segurança jurídica e competitividade. O documento procura concentrar, em uma mesma agenda, demandas relacionadas tanto à operação dos terminais quanto às condições necessárias para novos investimentos.

A ATP representa 78 terminais de uso privado (TUP), responsáveis, segundo a associação, por 60% da movimentação portuária nacional. A entidade afirma que, sem a capacidade instalada pelos terminais privados, o país poderia enfrentar um estrangulamento logístico com potencial impacto superior a US\$ 150 bilhões nas exportações.

“Os portos conectam a produção brasileira aos mercados e dependem de uma infraestrutura que funcione também fora dos seus portões. Precisamos que os candidatos assumam o compromisso de melhorar os acessos e garantir segurança jurídica para novos investimentos”, afirma o diretor-presidente da ATP, Murillo Barbosa.

Entre as prioridades



Divulgação

Entre as prioridades apresentadas pela ATP aos candidatos à Presidência está a realização regular de dragagens de manutenção nos canais de acesso aos portos e nas hidrovias

apresentadas aos candidatos está a realização regular de dragagens de manutenção nos canais de acesso aos portos e nas hidrovias. A associação também defende investimentos nos acessos rodoviários e ferroviários aos complexos portuários e na conservação das estradas utilizadas pelos terminais. Para a entidade, a capacidade instalada dentro dos portos precisa ser acompanhada por condições adequadas de acesso para evitar restrições ao escoamento das cargas.

A ATP cita ainda a necessidade de melhorias nos corredores logísticos que já operam próximos ou acima de sua capacidade. Segundo a entidade, esses gargalos aumentam os custos de transporte e limitam o aproveitamento da infraestrutura portuária existente.

Os terminais de uso privado atendem cadeias produtivas como agronegócio, mineração, petróleo e gás, siderurgia, contêineres e

carga geral.

Regulação e segurança jurídica

Na área regulatória, a associação propõe maior coordenação entre os órgãos públicos que atuam no setor, com o objetivo de reduzir procedimentos duplicados e exigências consideradas contraditórias pelos operadores. A avaliação da entidade é de que a sobreposição de procedimentos amplia a complexidade regulatória e interfere no planejamento das operações e dos investimentos.

A ATP também defende a realização de Análises de Impacto Regulatório antes da criação ou alteração de regras que possam produzir efeitos relevantes sobre as operações e os investimentos portuários.

Outro ponto da carta é a segurança jurídica. A entidade pede diretrizes nacionais para a aplicação da Convenção nº 169 da Organização

Internacional do Trabalho (OIT), especialmente em relação à identificação das comunidades potencialmente afetadas, ao momento de realização das consultas e à divisão de responsabilidades entre o poder público e os empreendedores.

A associação também defende a regulamentação e a implementação da Lei Geral do Licenciamento Ambiental. “Acreditamos que a responsabilidade social e o desenvolvimento sustentável não são objetivos antagônicos à segurança jurídica. As regras claras, procedimentos previsíveis e responsabilidades bem definidas fortalecem tanto a proteção socioambiental quanto a capacidade de o Brasil atrair investimentos de longo prazo”, afirma Barbosa.

Custos e mão de obra

Para aumentar a competitividade do setor, a ATP propõe medidas para reduzir

o chamado Custo Brasil e ampliar a transparência e a previsibilidade na formação dos preços. A entidade relaciona essas medidas à necessidade de reduzir custos logísticos que afetam tanto as operações portuárias quanto as cadeias produtivas atendidas pelos terminais.

A entidade também aponta a necessidade de ampliar a formação e a disponibilidade de profissionais portuários e aquaviários, diante da expansão do setor e da incorporação de novas tecnologias às operações.

Segundo a ATP, as empresas associadas geram mais de 74 mil empregos diretos e indiretos no país. Para a entidade, a solução dos gargalos de infraestrutura, regulação e qualificação profissional é necessária para reduzir os custos logísticos e ampliar a competitividade dos produtos brasileiros nos mercados nacional e internacional.

TRANSPORTES | Portos

Termares tem área alfandegada até definição do Tecon Santos 10

Receita Federal mantém área alfandegada até setembro de 2027 ou até entrada do vencedor do futuro terminal de contêineres

Da Redação
redacao.jornal@redenenews.com.br

A Termares poderá manter operações de importação e exportação em uma área de mais de 30 mil m² no Saboó, na Margem Direita do Porto de Santos, até 14 de setembro de 2027 ou até o início das atividades do vencedor do Tecon Santos 10, o que ocorrer primeiro. A autorização de alfandegamento foi concedida pela Receita Federal e publicada no Diário Oficial da União (DOU) na segunda-feira (28).

A área é explorada pela Termares por meio de um Contrato de Transição firmado com a Autoridade Portuária de Santos (APS). O acordo entrou em vigor em 15 de setembro e tem duração de até um ano. Segundo a APS, o contrato permite manter a área ocu-

pada e garantir a remuneração da Autoridade Portuária enquanto avançam os procedimentos de longo prazo para implantação do futuro terminal.

Com a autorização da Receita Federal, a instalação poderá continuar recebendo cargas durante esse período, evitando a interrupção das operações e contribuindo para a manutenção dos empregos dos trabalhadores que atuam no local.

O recinto poderá reali-

zar operações de importação e exportação de cargas gerais, refrigeradas, químicas, containerizadas e desunitizadas, no regime aduaneiro comum.

A fiscalização aduaneira será realizada de forma ininterrupta pela Alfândega do Porto de Santos. A Receita Federal também autorizou o compartilhamento do equipamento de inspeção não invasiva atualmente utilizado pelo recinto alfandegado administrado pelo

Ecoporto Santos.

A área destinada ao futuro Tecon Santos 10 conta atualmente com empresas instaladas por meio de contratos transitórios, que estabelecem prazos mais curtos de ocupação. De acordo com a APS, o contrato da Termares já prevê que sua vigência poderá ser encerrada assim que o vencedor da futura licitação do terminal assumir a área.

A intenção, segundo a Autoridade Portuária, é que

essa transição cause o menor impacto possível nas operações em andamento. A previsão é que a empresa responsável pelo Tecon Santos 10 possa iniciar suas intervenções enquanto os contratos transitórios ainda estiverem em vigor, até o limite operacional possível.

A autorização da Receita Federal estabelece, portanto, um prazo vinculado à implantação do futuro terminal. Caso o arrendatário vencedor inicie as atividades antes de setembro de 2027, a permanência da Termares na área será encerrada nesse momento.

O Tecon Santos 10 terá capacidade prevista de 3,5 milhões de TEU e, segundo a APS, poderá elevar em cerca de 50% a capacidade atual de movimentação de contêineres do Porto de Santos.

A implantação do novo terminal depende da conclusão dos procedimentos para a futura licitação da área.



Divulgação

A evolução do nível dos rios é acompanhada de perto no Amazonas devido aos efeitos que a vazante pode provocar sobre a navegação e o transporte de cargas e passageiros

Receita fixa prazo de 48h para retirada de cargas em Santos

Nova regra obriga terminais a oferecer janelas de agendamento suficientes para cumprir o período

VANESSA PIMENTEL
vanessa.pimentel@redenenews.com.br

A Receita Federal estabeleceu prazo de 48 horas, contado em dias úteis, para a retirada de cargas transferidas entre recintos alfandegados no Porto de Santos. A nova regra também obriga os operadores portuários a oferecer janelas de agendamento suficientes para que os transporta-

dores façam a retirada dentro desse período.

As mudanças estão na Portaria ALF/STS nº 211, publicada no Diário Oficial da União em 31 de agosto, e passam a valer em 13 de outubro.

O prazo começa a contar a partir do momento em que a carga estiver disponível para retirada e o terminal oferecer a janela de agendamento. Se o sistema do operador não mostrar quais cargas podem ser retiradas, a contagem começa ao fim da operação de descarga do navio.

Quando houver cargas de diferentes embarcações no pátio e o sistema não permitir identificar a qual navio cada uma pertence, terão prioridade as mercadorias do navio cuja descarga terminar primeiro. Outra possibilidade é considerar o fim da última operação de descarga como início da contagem.

A Receita também determinou que as janelas sejam disponibilizadas de forma contínua e uniforme. Se o terminal suspender o agendamento, o prazo de 48 horas ficará suspenso

pelo mesmo período.

Se o transportador não retirar a carga dentro das 48 horas, ela deverá ser levada para a área de armazenagem do próprio terminal, salvo situações em que o operador precise mantê-la no pátio por questões de segurança, exigência regulatória ou necessidade operacional.

A carga só será considerada armazenada depois de ser retirada da área de pátio e registrada nos sistemas da Receita Federal.

Enquanto esse registro não for feito, o recinto

alfandegado de destino ainda poderá retirar a mercadoria com base na autorização de transferência já concedida.

A portaria também permite uma solicitação complementar de transferência até dois dias úteis após a previsão de atracação do navio ou, se ocorrer depois, após a atracação efetiva.

Cargas que ainda não tenham uma solicitação de transferência até o momento da descarga poderão ser levadas diretamente para a área de armazenagem do terminal.

InfraJUR

Encontro de Direito de
Transportes, Energia e Mineração

FÓRUM NACIONAL BRASIL EXPORT 2026

7 DE OUTUBRO 17h00

PAINEL INFRAJUR

Estabilidade regulatória e previsibilidade para investimentos no setor de infraestrutura

- ♦ Autonomia das agências reguladoras
- ♦ Fiscalização de serviços fundamentais sem viés político
- ♦ Investimentos em estrutura e quadro de profissionais

MODERAÇÃO



**LUCIANA
MATTAR**

Sócia-fundadora do
Mattar Vilela Advogados



**THIAGO
MILLER**

Sócio-proprietário da
Advocacia Ruy de
Mello Miller



**GUILHERME
SAMPAIO**

Diretor-Geral
da ANTT



**MAURO HENRIQUE
MOREIRA SOUZA**

Diretor-Geral
da ANM



**FREDERICO
DIAS**

Diretor-Geral
da ANTAQ

DEBATEDORES

Demais participantes a confirmar



**Royal Tulip Alvorada
Brasília - DF**



Confira a Programação em
www.forumbrasilexport.com.br



Transmissão ao vivo e gratuita
pelo canal da TV BE News

**BRASIL
EXPORT**
FÓRUM NACIONAL DE INFRAESTRUTURA
DE TRANSPORTES, ENERGIA E MINERAÇÃO

PATROCÍNIO



REALIZAÇÃO



APÓIO INSTITUCIONAL



TRANSPORTES | Portos > Opinião



FLÁVIA SAMMARCO
Advogada e sócia do Sammarco Advogados. Diretora adjunta em Questões Ambientais, Sociais e Governança Corporativa – ESG da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)/Santos
opinioao@portalbenews.com.br

► DIREITO

Maternidade no cais: direitos da trabalhadora portuária avulsa

A crescente presença de mulheres no Trabalho Portuário Avulso é um marco importante para o setor. Durante décadas, as atividades operacionais nos portos foram exercidas quase exclusivamente por homens, seja na estiva, na capatazia, na conferência de carga, no conserto, na vigilância de embarcações ou no bloco. Esse cenário, porém, vem mudando. A trajetória das primeiras mulheres nessas funções, somada ao ingresso recente de novas trabalhadoras em categorias tradicionalmente masculinas, revela uma transformação que deve ser celebrada e acompanhada com atenção.

Em Santos (SP), por exemplo, mulheres passaram a integrar turmas de trabalhadores portuários avulsos da estiva, fato simbólico em um dos maiores portos do país. Em outros portos, também se observa a ampliação gradual da presença feminina em funções operacionais. A questão que surge, portanto, não se limita à estiva. Ela alcança todas as categorias de trabalhadoras portuárias avulsas e exige uma reflexão necessária: o sistema portuário está preparado para lidar, com clareza e segurança, com a maternidade dessas profissionais?

A pergunta não deve ser formulada em tom de crítica ou responsabilização. O trabalho portuário avulso possui uma organização própria, construída historicamente para atender à dinâmica das operações portuárias. O trabalhador é escalado conforme a demanda, recebe de acordo com os serviços prestados e não mantém vínculo empregatício permanente com um empregador específico. O Órgão Gestor de Mão de Obra, os operadores portuários, os sindicatos, a Previdência Social e as normas coletivas compõem uma engrenagem complexa, distinta da relação tradicional entre empregado e empresa.

Justamente por isso, a maternidade da trabalhadora portuária avulsa exige um olhar específico.

Do ponto de vista dos direitos vigentes, há premissas importantes. A Constituição Federal assegura igualdade de direitos entre o

trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso. Essa isonomia significa que garantias fundamentais trabalhistas também devem alcançar quem trabalha sem vínculo permanente, inclusive quando se trata de proteção à maternidade, licença-maternidade, salário-maternidade, preservação da renda e retorno à atividade.

Também já existe regra previdenciária específica: o salário-maternidade da trabalhadora avulsa é pago diretamente pela Previdência Social. Diferentemente da empregada celetista, que normalmente conta com a intermediação da empresa no fluxo de pagamento e compensação, a trabalhadora portuária avulsa precisa requerer o benefício ao INSS, reunindo documentos que comprovem sua atividade, remuneração e condição de segurada.

Há, ainda, proteção quanto ao ambiente de trabalho. A legislação trabalhista prevê o afastamento da gestante de atividades insalubres. Para a empregada de uma empresa comum, a solução costuma ser o remanejamento para local salubre. No trabalho portuário avulso, porém, essa lógica nem sempre se adapta com facilidade. A profissional atua por escala, em operações diversas, sem setor interno para realocação e com exposição a condições próprias do cais. Se não houver atividade salubre compatível, é necessário que o afastamento seja tratado de forma organizada, com preservação da renda, da documentação previdenciária e da possibilidade de retorno.

Portanto, o ponto central não está na inexistência de direitos, mas no caminho prático para exercê-los.

Na prática, a dificuldade aparece quando a trabalhadora portuária avulsa na condição de gestante não sabe exatamente a quem se dirigir, quais documentos solicitar, se deve ou não continuar se habilitando para o trabalho, como evitar prejuízo em sua frequência e quando começará a receber o benefício previdenciário. Essa insegurança não decorre necessariamente de resistência institucional, mas da ausência de um fluxo previamente desenhado para uma realidade que, até pouco tempo, quase não se apresentava nas atividades portuárias operacionais. ►

■ O PONTO CENTRAL NÃO ESTÁ NA INEXISTÊNCIA DE DIREITOS (DA TRABALHADORA PORTUÁRIA AVULSA), MAS NO CAMINHO PRÁTICO PARA EXERCÊ-LOS

TRANSPORTES | Portos > Opinião

CONTINUAÇÃO DO TEXTO DA PÁGINA 12

O PORTO BRASILEIRO, QUE TANTO EVOLUIU EM PRODUTIVIDADE, TECNOLOGIA E GOVERNANÇA, TAMBÉM PODE AVANÇAR NA CONSTRUÇÃO DE UMA POLÍTICA CLARA DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE NO TRABALHO PORTUÁRIO AVULSO

A remuneração variável torna o quadro ainda mais sensível. A trabalhadora recebe conforme os serviços para os quais é escalada e efetivamente engajada. Quando não há atividade salubre compatível, é comum que o afastamento durante a gestação seja encaminhado como benefício por incapacidade temporária, antigo auxílio-doença. Ocorre que, ao chegar o momento da licença-maternidade, pode surgir uma distorção: se os últimos registros considerados para o cálculo refletirem período de afastamento, redução de renda ou ausência de remuneração ordinária, o salário-maternidade poderá ser calculado sobre base inferior àquela normalmente percebida no trabalho portuário. Na prática, a trabalhadora corre o risco de ser penalizada duas vezes: primeiro, porque não encontra alternativa salubre para continuar exercendo sua atividade durante a gestação; depois, porque o próprio afastamento pode reduzir a base econômica da licença-maternidade.

Essa é uma das questões mais importantes a serem enfrentadas. A proteção à maternidade não pode produzir efeito inverso, transformando o afastamento necessário à saúde da mãe e da criança em causa de redução futura do benefício. Por isso, o tema exige orientação clara sobre quais valores devem compor a base de cálculo do salário-maternidade da trabalhadora portuária avulsa, especialmente quando o afastamento anterior decorre da inexistência de posto salubre compatível com a gestação.

É nesse ponto que se deve separar o direito vigente das propostas de aperfeiçoamento. A Constituição protege. A Previdência reconhece o benefício. A legislação trabalhista veda a exposição da gestante a ambiente insalubre. Mas a trabalhadora portuária avulsa precisa de um roteiro claro para transformar essas garantias em proteção concreta.

A primeira proposta seria a criação de um protocolo mínimo para a trabalhadora portuária avulsa na condição de gestante. Esse protocolo poderia prever comunicação formal da gravidez, orientação documental, emissão rápida de declaração pelo sistema portuário, preservação de cadastro e registro, justificativa das ausências relacionadas à gestação e à licença, apoio na conferência das informações previdenciárias e procedimento claro de retorno após o afastamento.

A segunda medida seria o tratamento expresso do tema nas normas coletivas. Convenções e acordos poderiam prever que gestação, afastamento por atividade insalubre, licença-maternidade, internação relacionada ao parto, lactação e afastamentos médicos correlatos constituem justificativa plena de ausência para fins de assiduidade, habilitação, cadastro, registro e escala. Essa previsão

evitaria dúvidas e impediria que mecanismos criados para organizar a frequência ao trabalho fossem aplicados, ainda que involuntariamente, de forma prejudicial à maternidade.

A terceira medida seria a padronização de documentos para fins previdenciários. Uma declaração objetiva, emitida com rapidez, contendo histórico de atuação, remuneração habitual e demais informações necessárias ao requerimento do salário-maternidade, poderia reduzir exigências posteriores e indeferimentos. A conferência prévia das informações no CNIS também contribuiria para maior segurança.

A quarta medida seria o amadurecimento de um fluxo específico para os casos de afastamento por insalubridade. Se a trabalhadora portuária avulsa na condição de gestante não pode permanecer em atividade insalubre e se não há, na prática, atividade salubre compatível para remanejamento, é necessário que haja orientação clara sobre o enquadramento do afastamento, a forma de acesso à renda substitutiva e os critérios de cálculo do salário-maternidade subsequente. Sem essa definição, a trabalhadora pode se ver diante de uma escolha injusta: continuar se habilitando ao trabalho, mesmo com receio quanto à saúde, ou afastar-se sem saber quando terá proteção econômica e qual será o valor efetivo de sua licença.

Nenhuma dessas propostas representa privilégio. Trata-se apenas de traduzir a igualdade constitucional para um regime jurídico diferente do emprego tradicional. A inclusão feminina no trabalho portuário avulso não se completa com o ingresso. Ela exige permanência, proteção, previsibilidade e condições adequadas para que a maternidade não se converta em fator de insegurança profissional ou econômica.

O debate deve ser conduzido com serenidade. Não se trata de apontar culpados, mas de reconhecer que uma nova realidade demanda novos instrumentos. O porto brasileiro, que tanto evoluiu em produtividade, tecnologia e governança, também pode avançar na construção de uma política clara de proteção à maternidade no trabalho portuário avulso.

A maternidade chegou ao cais. Cabe agora ao sistema portuário refletir, dialogar e aperfeiçoar seus procedimentos para que essas mulheres tenham seus direitos protegidos com segurança, dignidade e previsibilidade.

Flávia Sammarco e os demais profissionais do Sammarco Advogados escrevem quinzenalmente para o BE News, com seus textos sendo publicados às terças-feiras

TRANSPORTES | Rodovias

Obras na BR-230 têm conclusão mantida para novembro

Consórcio foi notificado após paralisação dos serviços em Cabedelo; equipes ampliaram turnos para compensar dias parados

Da Redação
redacao.jornal@redebeneews.com.br

O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) mantém em andamento as obras de restauração da via marginal da BR-230, em Cabedelo (PB), após a paralisação temporária dos serviços pelo consórcio responsável. Segundo o órgão, a intervenção segue dentro do cronograma e tem conclusão prevista para a segunda quinzena de novembro de 2026.

Atualmente, as equipes trabalham em um trecho de 1,5 quilômetro, entre os Km 9,4 e 8. O Dnit notificou o Consórcio CLC/Conserva após a interrupção das atividades e o descumprimento do plano de execução. Para compensar os dias parados,



Divulgação

De acordo com o Dnit, as duas frentes estão atualmente operacionais e a interrupção não compromete, neste momento, o prazo

o consórcio ampliou os turnos de trabalho.

Os serviços avançam a partir do Km 9,4 em direção ao Km 5,5. Na sequência, as equipes retornam ao trecho entre os Km 10 e 9,4, concluindo a recuperação prevista para toda a via mar-

ginal. A obra tem custo estimado em R\$ 2 milhões.

A execução do pavimento ocorre de forma contínua e por etapas. À medida que cada segmento de 500 metros avança, novas equipes iniciam as diferentes camadas da estrutura, permitindo

a realização simultânea dos serviços até a aplicação do concreto asfáltico.

A paralisação ocorreu após duas motoniveladoras e uma recicladora utilizadas pelo consórcio apresentarem avarias durante os trabalhos. Com os equipamen-

tos indisponíveis, parte da força de trabalho foi direcionada temporariamente para a construção do viaduto no Km 11,86 e para a ligação da rodovia com o viaduto do Km 12,94.

De acordo com avaliação técnica do Dnit, as duas frentes estão atualmente operacionais e a interrupção não compromete, neste momento, o prazo estabelecido para conclusão da restauração.

Durante a execução, são realizados bloqueios parciais e desvios temporários por ruas municipais próximas. Nos intervalos entre os turnos, a via é liberada em condições operacionais para o tráfego.

Também estão previstos ajustes na altura do Km 9 para permitir o retorno de veículos de carga provenientes da Ponte do Futuro, empreendimento do Departamento de Estradas de Rodagem da Paraíba (DER/PB).

BR-163/MT vence Prêmio IRI pelo segundo ano consecutivo

Trecho entre Lucas do Rio Verde e Sorriso foi reconhecido na categoria Implantação e Duplicação pela regularidade do pavimento

Da Redação
redacao.jornal@redebeneews.com.br

A BR-163/MT, sob concessão da Nova Rota do Oeste e regulada e fiscalizada pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), conquistou pelo segundo ano consecutivo o primeiro lugar no Prêmio IRI 2026. O reconhecimento foi concedido ao trecho entre Lucas do Rio Verde e

Sorriso, em Mato Grosso, na categoria Implantação e Duplicação, pela regularidade do pavimento.

A premiação foi promovida pela Moba Latam no último dia 23, durante a Paving Expo 2026, realizada em São Paulo. O evento reuniu 63 trechos cadastrados, sete concessionárias e nove construtoras. Ao todo, foram avaliados mais de 100 quilômetros de rodovias em Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro.

O Prêmio IRI utiliza o Índice de Regularidade Internacional (IRI) como um dos parâmetros de avaliação dos trechos participantes. O indicador mede a irregularidade longitudinal da superfície do pavimento, com resultado expresso em metros por quilômetro. Quanto menor o índice, maior a regularidade do pavimento, permitindo a comparação técnica entre os segmentos avaliados.

Na categoria Implantação e Duplicação, o trecho da BR-163 entre Lucas do

Rio Verde e Sorriso alcançou IRI médio de 0,53 m/km, superando o resultado de 0,58 m/km obtido pela própria concessionária em 2025, quando também conquistou o primeiro lugar. O segmento premiado neste ano foi construído em parceria com a Construtora Sanches Tripoloni.

Outro trecho da BR-163/MT também foi reconhecido na premiação. O segmento entre Sorriso e Sinop conquistou o segundo lugar na categoria Implantação e Duplicação,

com IRI médio de 0,71 m/km, e na categoria Restauração e Recuperação, com índice de 0,65 m/km. As obras foram realizadas em parceria com o Consórcio Caminhos do MT (CCMT), formado pelas empresas Pedrisa Pavimentações e Neovia Infraestrutura Rodoviária.

Além dos resultados no Prêmio IRI, a Nova Rota do Oeste recebeu a Menção de Excelência em Inovação Aplicada à Infraestrutura, concedida pela SITECH Brasil e pela Trimble.



Agência Minera Brasil
Da Redação

O governo federal lançou nesta segunda-feira (28) um plano de dez anos para ampliar o mapeamento geológico do país e direcionar novas pesquisas para áreas com potencial de minerais críticos e estratégicos. Elaborado pelo Serviço Geológico do Brasil (SGB) e pelo Ministério de Minas e Energia (MME), o Plano Decenal de Geofísica prevê cerca de R\$ 3,3 bilhões em levantamentos até 2036.

A estratégia é concentrar, em um primeiro momento, os recursos públicos nas províncias minerais já consideradas promissoras.

Governo prevê R\$ 3,3 bi para mapear minerais críticos

Programa de dez anos prioriza regiões promissoras e busca reduzir incertezas para novos projetos de pesquisa mineral

Entre as áreas citadas pelo SGB estão a Província Borborema, o Arco Magmático de Goiás, o Alto Paranaíba e o Quadrilátero Ferrífero. O objetivo é ampliar o nível de conhecimento sobre regiões com indícios ou histórico de ocorrência mineral e reduzir a incerteza para projetos de pesquisa.

A previsão orçamentária para 2027 é de R\$ 300 milhões. Segundo o diretor de Geologia e Recursos Minerais do SGB, Valdir Silveira, a prioridade será usar esse dinheiro nas províncias minerais, deixando os levantamentos em bacias sedimentares para uma etapa posterior, caso não haja recursos adicionais.

“A prioridade do dinheiro do governo que vamos receber é as províncias”, afirmou Silveira durante a apresentação do plano. Ele destacou a Borborema como uma área em ascensão e disse que o Arco Magmático de Goiás ainda demanda ampliação dos es-

tudos e do conhecimento geológico.

A ordem de execução dos projetos ainda poderá ser ajustada. O SGB abriu consulta pública para receber contribuições de empresas, associações e outras instituições, que poderão sugerir mudanças nas prioridades e indicar regiões para novos levantamentos. As propostas serão analisadas em conjunto com critérios técnicos.

Mais conhecimento

Hoje, cerca de 28% do território brasileiro tem mapeamento geológico na escala 1:100.000, considerada adequada para orientar trabalhos mais detalhados de pesquisa. Nas regiões classificadas como de alto potencial mineral, a cobertura chega a aproximadamente 52%. A meta do SGB é elevar esse índice para 75% nos próximos quatro anos.

Nesse período inicial, a estimativa é de cerca de

R\$ 1,26 bilhão para ampliar de forma conjunta o mapeamento geológico, os levantamentos geofísicos e a geoquímica nas áreas consideradas prioritárias.

O plano prevê diferentes frentes de trabalho. No embasamento cristalino, onde se concentram algumas das principais áreas de interesse para mineração, estão programados 61 projetos, com custo estimado em R\$ 1,5 bilhão em dez anos. Outra frente, voltada a províncias minerais específicas, tem previsão de aproximadamente R\$ 620 milhões.

As bacias sedimentares aparecem com prioridade menor neste primeiro momento. Para elas, estão previstos 67 projetos, estimados em cerca de R\$ 1,2 bilhão ao longo da década. Esses levantamentos também podem gerar informações úteis para a identificação de áreas de interesse para petróleo, gás natural, hidrogênio, urânio e fosfato.

Parcerias

A execução nas bacias poderá ser antecipada se houver participação de outras instituições. Silveira afirmou que o SGB já mantém conversas com a Petrobras e a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) sobre possíveis parcerias.

“Se a Petrobras vier como parceira, ou a ANP, e quiser botar dinheiro para a gente fazer voos, a gente começa até amanhã”, disse. Governos estaduais e empresas privadas também poderão participar do financiamento e da produção de dados geológicos.

Os levantamentos aerogeofísicos usam aeronaves equipadas com sensores para medir propriedades das rochas, como variações do campo magnético, da gravidade e da radioatividade natural. As informações ajudam a localizar anomalias e selecionar áreas mais promissoras para etapas posteriores de pesquisa, sem significar, por si só, a existência de uma jazida.

A capacidade de execução também é um desafio. Segundo Silveira, atualmente apenas duas empresas têm condições de realizar os voos contratados pelo SGB. Para atender à dimensão do programa, ele considera ideal contar com cinco companhias atuando no país.

O plano poderá ainda ganhar uma nova fonte de recursos com a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos, sancionada neste mês. A legislação obriga empresas do setor a destinar parte da receita a pesquisa, desenvolvimento e inovação e inclui o conhecimento geofísico, o mapeamento geológico e a pesquisa mineral entre as iniciativas que poderão receber esses recursos.



Divulgação

ENERGIA

Multas e subvenção integram reação à alta dos combustíveis

Governo prevê punições de até R\$ 500 milhões e mantém apoio de R\$ 2,12 por litro de diesel

Estadão Conteúdo

O governo federal apresentou na segunda-feira, 28, um balanço das medidas para conter a alta dos preços dos combustíveis em decorrência do aumento da cotação internacional do barril de petróleo. Em caso de caracterização de “abusos” praticados por agentes, a multa administrativa poderá variar de R\$ 20 mil a R\$ 500 milhões, conforme dispõe a Medida Provisória (MP) publicada na última sexta-feira.

O valor punitivo será aplicado quando agentes da cadeia de combustíveis praticarem determinadas condutas vedadas pelo Código de Defesa do Consumidor, entre elas, a elevação “sem justa causa” no preço de produtos. Foram alegados alguns casos em que a margem de lucro bruta das distribuidoras aumentou mais de 1.350%. A fiscalização

busca identificar situações em que a variação dos preços não esteja relacionada apenas ao comportamento do mercado internacional ou aos custos da cadeia de abastecimento.

Em coletiva de imprensa realizada nesta segunda, o ministro da Justiça e Segurança Pública, Wellington Lima e Silva, disse que a severidade da multa de até R\$ 500 milhões somente pretende ter incidência para os casos “absolutamente” caracterizados como prática abusiva. “Chamamos a

atenção para a distinção entre o uso ou a liberdade de preço e o abuso de preço. O uso dessa faculdade não se confunde com esse abuso”, declarou.

Na última sexta-feira, o governo também confirmou a manutenção da subvenção de R\$ 2,12 por litro de óleo diesel. Além disso, na semana passada, houve a chamada Operação Carga Pesada — com ações de fiscalização em agentes do mercado de combustíveis para apurar possíveis aumentos injustificados das margens de lucro. A inicia-

tiva faz parte do conjunto de medidas adotadas diante da volatilidade dos preços internacionais do petróleo.

A operação foi desencadeada após 330 denúncias recebidas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). As multas somam mais de R\$ 700 milhões a distribuidoras de combustíveis por elevação abusiva de preços, até agora, segundo o balanço apresentado. A Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) instaurou 70

Valter Campanato/Agência Brasil



Wellington Lima e Silva disse que a severidade da multa de até R\$ 500 milhões somente pretende ter incidência para os casos “absolutamente” caracterizados como prática abusiva

processos administrativos sancionadores contra postos e distribuidoras de combustíveis.

O governo federal também repetiu nesta segunda que o abastecimento de diesel no Brasil “está garantido”. O tema tem sido acompanhado de forma permanente diante da necessidade de monitorar tanto os estoques quanto o comportamento das importações e da distribuição interna.

Para outubro, diante de demanda estimada em 3.950 mil m³, há oferta confirmada de 3.978 mil m³. Os dados apontam que o País conta com estoques de 1.970 mil m³ de diesel. O volume disponível, segundo o balanço apresentado, mantém a oferta acima da demanda projetada para o período.

Desde março, o Ministério de Minas e Energia (MME) tem coordenado, com participação de órgãos públicos e do setor privado, uma mesa de acompanhamento semanal do cenário internacional e os fluxos de importação e distribuição, com horizonte de dois meses.

Ministro do Planejamento nega controle de preços no mercado

O ministro do Planejamento e Orçamento, Bruno Moretti, avaliou nesta segunda-feira, 28, que o governo não busca “controlar” os preços de combustíveis no mercado brasileiro, mas evitar eventuais aumentos “abusivos”. A afirmação foi realizada durante coletiva de imprensa para tratar das últimas medidas tomadas para conter

a alta dos preços diante da volatilidade dos preços internacionais do petróleo.

Moretti também repetiu que há neutralidade fiscal nas medidas para conter altas de combustíveis. Segundo o ministro, a atuação do governo está voltada à redução dos efeitos da escalada das cotações internacionais sem alterar o regime

de liberdade de preços praticado no mercado brasileiro.

No fim da última semana, o governo federal prorrogou por 30 dias a subvenção ao óleo diesel em R\$ 2,12 por litro. A subvenção econômica ao óleo diesel A, de uso rodoviário, estava prevista no âmbito das Medidas Provisórias (MP) 1.363 e 1.391. A prorrogação

mantém o mecanismo adotado para amortecer os impactos da alta do petróleo sobre o preço do combustível.

A coletiva desta segunda-feira também trata da chamada “Operação Carga Pesada”, voltada à fiscalização do mercado de combustíveis e à apuração de possíveis aumentos “abusivos” nas margens de lucro do setor.

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Wellington Lima e Silva, relatou um caso com alta de 1.300% na margem de lucro no setor de combustíveis. A ocorrência foi citada pelo governo como exemplo das situações que passaram a ser analisadas pelos órgãos responsáveis pela fiscalização e pela defesa do consumidor.

INOVAÇÃO & TECNOLOGIA | Opinião



AUGUSTO CESAR BARRETO ROCHA

Professor da Universidade Federal do Amazonas e consultor

opinioao@portalbenews.com.br

► INFRAESTRUTURA

Nuvens estrangeiras, soberania em risco

É

fundamental a construção de muitos centros de dados com armazenamento no País. A soberania precisa ser retomada para o armazenamento de dados. Não possuímos grandes empresas nacionais ou mesmo capacidades governamentais para armazenar todos os dados estratégicos e sensíveis aos negócios brasileiros, com armazenamento físico do conteúdo por aqui.

As mudanças das redes globais e de alinhamentos e desalinhamentos entre países está demonstrando o quanto é estratégico para o Brasil montar seus centros de armazenamento, nem que seja para oportunizar tal produto e solução ao País. Os termos de consentimento que hoje fazemos nas grandes nuvens das big-techs indicam o quanto podemos ficar vulneráveis, pois eles podem simplesmente ser modificados e teremos dificuldade de sair delas, quanto maior for a dependência.

Além disso, hoje há uma batalha pelo fundo dos oceanos e um emaranhado de cabos numa luta pela supremacia na transmissão de dados, como ressaltam os livros de Katja Bego (“Deep Connections: the Hidden battle to control subsea cables” ou “Conexões Profundas: a batalha oculta para controlar os cabos submarinos”) e de Elisabeth Braw (“The Undersea War: the international battle for the supremacy at the bottom of the world” ou “A Guerra Submarina: a batalha internacional pela supremacia no fundo do mundo”), que serão lançados no último trimestre do ano e foram resenhados pelo Financial Times do dia 26/09/2026.

Na Amazônia, por exemplo, os cabos são passados sob o leito dos rios, tendo sido, inclusive, fontes de problemas na navegação em 2024, quando um destes cabos foi “achado ao acaso”, atrapalhando operações de dragagem.

Estes ativos de armazenagem e de comunicação são estratégicos

e o seu controle precisa ser nacional, para a própria segurança de nossas informações. Desde o episódio de 2014, quando o WikiLeaks revelou que a NSA (agência de segurança dos EUA) monitorou dez telefones ligados à presidente Dilma e outros membros do primeiro escalão do Governo, esta postura frente às nuvens de dados já deveria ter sido modificada. Estranhamente ainda não foi.

Também abandonamos parcialmente o incentivo às políticas de uso de software livre como prática de Governo, como no caso da Portaria nº 46, de 28/09/2016. De lá para cá, estas políticas têm sido lentamente colocadas de lado, um pouco pela redução dos custos relativos com as assinaturas das big-techs, um pouco pela falta de atenção em relação ao assunto. Precisamos reconsiderar esta postura nos vários ambientes que lidam com informações sensíveis, como: órgãos militares, órgãos de Governo em todos os níveis, empresas estratégicas de Defesa, empresas financeiras nacionais e de mercado de capitais etc.

A soberania do presente e do futuro não será somente sobre o território físico. Ela se estenderá pela dinâmica dos dados, das plataformas digitais e pelas relações de trabalho. Com grande relevância, as plataformas de aplicativos implantam novas condições do trabalho. São restaurantes, serviços de transporte e serviços profissionais, com transações comerciais e relações pessoais e comerciais com custos apropriados por outros países em seu controle. Está na hora desta pauta entrar nos debates, para que tenhamos uma discussão de autonomia, ao invés de encontrar jeitos de entregar e transferir riquezas para o exterior a troco de nada ou quase nada.

Augusto Cesar escreve semanalmente para o BE News, com seus textos publicados às terças-feiras

ESTES ATIVOS DE ARMAZENAGEM E DE COMUNICAÇÃO SÃO ESTRATÉGICOS E O SEU CONTROLE PRECISA SER NACIONAL, PARA A PRÓPRIA SEGURANÇA DE NOSSAS INFORMAÇÕES. DESDE O EPISÓDIO DE 2014, QUANDO O WIKILEAKS REVELOU QUE A NSA (AGÊNCIA DE SEGURANÇA DOS EUA) MONITOROU DEZ TELEFONES LIGADOS À PRESIDENTE DILMA E OUTROS MEMBROS DO PRIMEIRO ESCALÃO DO GOVERNO, ESTA POSTURA FRENTE ÀS NUVENS DE DADOS JÁ DEVERIA TER SIDO MODIFICADA

COMÉRCIO EXTERIOR

Governo confirma abertura da China a miúdos suínos do Brasil

A ampliação do acesso do produto ao mercado chinês foi possível após reconhecimento do país como livre de febre aftosa sem vacinação pela Organização Mundial de Saúde Animal

Reprodução / CNN

Estadão Conteúdo

O Ministério da Agricultura confirmou em nota a abertura do mercado chinês para miúdos suínos do Brasil. O protocolo sanitário bilateral foi assinado no sábado, 26, em reunião entre o ministro da Agricultura, André de Paula, e o embaixador da China no Brasil, Zhu Qingqiao, informou a pasta.

“A medida amplia o conjunto de produtos brasileiros autorizados a ingressar no mercado chinês e cria novas possibilidades comerciais para os estabelecimentos habilitados, permitindo a diversificação da pauta exportada”, disse o Ministério da Agricultura e Assuntos Rurais da China.

Até então, o Brasil era autorizado a exportar apenas alguns tipos de miúdos, como pés, orelhas, rabo, língua, focinho e máscara suína para a China. A ampliação do acesso deve-se ao reconhecimento do País como livre de febre aftosa sem vacinação pela Organização Mundial de Saúde Animal (OMSA).



As tratativas bilaterais para exportação de miúdos suínos se intensificaram há cerca de um ano, após missão presidencial ao país asiático

Entre os produtos que agora poderão ser exportados estão: músculo suíno congelado, desossado ou com osso, incluindo gordura; miúdos e coprodutos comestíveis congelados, como banha suína não refinada, composta apenas por gordura corporal, sem incluir gordura proveniente das vísceras; línguas suínas; máscara suína; focinho suíno; orelhas suínas; cauda suína; pés suínos inteiros; pele suína; cartilagem suína, sem incluir cartilagem derivada da garganta, glote ou vísceras; estômagos suínos; fígado suíno; coração suíno; rins suínos; diafragma

suíno; e ossos suínos.

De acordo com o ministério, as negociações envolveram a definição de requisitos sanitários e de certificação, além das condições a serem cumpridas pelos estabelecimentos brasileiros interessados em exportar esses produtos.

“(Essa abertura) significa um capítulo importante na suinocultura brasileira, acesso ao mercado de mais de US\$ 2,5 bilhões por ano, valorização da nossa produção e mais renda e emprego no campo e na indústria”, afirmou De Paula na nota. Para a China, avalia o ministro, a abertura representa mais

uma fonte de fornecimento com a garantia do sistema sanitário brasileiro.

Receita

O ministério informou ainda que mais de 100 mil toneladas anuais de miúdos suínos brasileiros poderão ser comercializadas ao mercado chinês a partir da abertura, com receita superior a US\$ 100 milhões por ano ao setor, de acordo com estimativas da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA).

A abertura foi formalizada após o encerramento da auditoria chinesa a frigoríficos brasileiros,

iniciada em 20 de setembro. Durante esse período, explicou o ministério, inspetores chineses visitaram estabelecimentos de produção, fazendas, abatedouros, laboratórios oficiais em seis Estados do País, voltados para carnes bovina, suína e de aves.

“Essa assinatura abre novas oportunidades para as exportações brasileiras ao mercado chinês. É mais um resultado concreto dos nossos esforços conjuntos e uma demonstração clara do dinamismo e vitalidade das cooperações agropecuárias entre os dois países”, destacou o embaixador chinês na nota.

Ele também afirmou que, desde 2008, a China é, há 18 anos consecutivos, o maior mercado de exportação dos produtos agrícolas e pecuários brasileiros.

A China é um dos maiores mercados consumidores e importadores de produtos de origem suína do mundo, com importações de miúdos que somam aproximadamente US\$ 2,5 bilhões por ano. “Além dos aspectos comerciais, relacionados a volumes e receitas, a abertura também aproxima a produção brasileira dos hábitos alimentares chineses.”, avaliou o ministério na nota.

Chineses podem atender pedido dos EUA

China vai analisar solicitação de entrada de filiais de empresas financeiras americanas no país

Estadão Conteúdo

O Ministério do Comércio da China informou nesta segunda-feira, 28, que vai analisar e aprovar pedidos de institui-

ções de serviços financeiros de vários países - incluindo empresas com capital dos Estados Unidos - para operar e abrir filiais no país.

Segundo a pasta, a medida faz parte dos “resultados positivos” alcançados por equipes econômicas e comerciais da China e

dos EUA em reuniões realizadas em Nova York e Washington, no âmbito de serviços financeiros.

“Nos últimos anos, a China tomou a iniciativa de ampliar ainda mais a abertura do seu setor de serviços financeiros, medida que foi reconhecida pela comuni-

dade internacional e beneficiou muitas instituições com capital dos EUA”, afirmou o ministério chinês. “A China espera que os EUA, da mesma forma, ofereçam às instituições financeiras com capital chinês um ambiente de políticas justo, transparente e estável”.

Mais cedo, China e Estados Unidos também divulgaram as listas de produtos contemplados no acordo recíproco de redução tarifária de até US\$ 30 bilhões de cada lado, com ampla gama de itens agropecuários das exportações norte-americanas.

Dívida Pública Federal cresce 0,04% em agosto: R\$ 9,2 trilhões

Apesar de a dívida interna ter caído 0,05%, com fechamento do mês em R\$ 8,9 trilhões, a externa subiu 2,41%, para R\$ 348 bilhões. Reserva de segurança para o pagamento recuou

Estadão Conteúdo

O estoque da Dívida Pública Federal (DPF) aumentou 0,04% em agosto, na comparação com julho, de R\$ 9,289 trilhões para R\$ 9,293 trilhões, informou nesta segunda-feira, 28, o Tesouro Nacional. A variação reflete um resgate líquido de R\$ 84,434 bilhões no mês passado, somada ao impacto de R\$ 88,388 bilhões com a apropriação dos juros.

A DPF inclui a dívida interna e externa. A Dívida Pública Mobiliária Federal interna (DPMFi) caiu 0,05%, e fechou o mês em R\$ 8,944 trilhões. A Dívida Pública Federal externa (DPFe) subiu 2,41%, para R\$ 348,26 bilhões.

O colchão de liquidez da dívida pública caiu 11,89% em agosto, na comparação com julho, de R\$ 1,371 trilhão para R\$ 1,208 trilhão. Na comparação com agosto de 2025 (R\$ 1,134 trilhão),

o colchão cresceu 6,49% em termos nominais.

A reserva serve para honrar compromissos com investidores que compram os títulos brasileiros, e é vista como termômetro para saber se o País tem recursos para pagar seus compromissos, ou se precisaria recorrer rapidamente ao mercado para reforçar o caixa.

O montante disponível em agosto garante 7,18 meses de pagamentos de títulos, ante 7,81 meses em julho. O Tesouro trabalha com um mínimo prudential de três meses de vencimentos.

Estrangeiros

A participação dos investidores estrangeiros no estoque da Dívida Pública Mobiliária Federal interna (DPMFi) subiu de 9,82%, em julho, para 9,91% em agosto, segundo o Tesouro Nacional.

O estoque de papéis nas mãos dos estrangeiros cresceu de R\$ 879,07 bilhões para R\$ 886,3 bilhões no período.

As instituições financeiras continuam tendo a maior participação no esto-

que da DPMFi: de 31,22% em agosto, ante 31,34% em julho. A parcela dos fundos de investimento passou de 22,23% para 22,52%, e a do grupo de Previdência caiu de 22,73% para 22,63%. As seguradoras passaram de 3,32% para 3,34%.

Correção pela Selic

A parcela de títulos da Dívida Pública Federal (DPF) atrelada à taxa Selic aumentou de 51,11% em julho para 52,74% em agosto, informou o Tesouro Nacio-

nal nesta segunda. O Plano Anual de Financiamento (PAF) de 2026 foi atualizado para prever um intervalo de 49% a 53% para a participação desses títulos.

A participação dos papéis pré-fixados subiu de 19,22% para 20,31%. O novo limite para esses papéis agora é de 20% a 24%. A parcela dos títulos indexados à inflação cresceu de 26,02% para 23,22%, contra um intervalo atualizado de 21% a 25% no PAF. Os papéis cambiais passaram de 3,65% para

3,74%. No PAF revisado, esse intervalo foi mantido de 3% a 7%.

A parcela da DPF a vencer em 12 meses reduziu de 18,91% em julho para 16,39% em agosto. No PAF de 2026, o intervalo previsto é de 18% a 22%.

O prazo médio da dívida subiu de 4,05 anos para 4,10 anos. Os limites do PAF são de 3,8 a 4,2 anos para 2026. O custo médio acumulado em 12 meses da DPF reduziu de 12,45% ao ano em julho para 12,59% ao ano em agosto.

Agência Brasil / Arquivo



A participação dos investidores estrangeiros no estoque da Dívida Pública Mobiliária Federal interna subiu de 9,82%

Dólar atinge maior nível desde março

Com alta de 0,83%, moeda americana fechou o dia cotada a R\$ 5,22. Ibovespa caiu 0,26%

Em um dia de turbulências no exterior, o dólar ultrapassou a barreira de R\$ 5,20 e fechou em R\$ 5,22 – maior nível em quase seis meses. A bolsa recuou pela quarta vez consecutiva.

A moeda acompanhou o movimento de fortalecimento do dólar no exterior, em um dia marcado pela aversão ao risco, pela alta dos rendimentos dos títulos do Tesouro dos Es-

tados Unidos e pelas incertezas envolvendo as negociações entre Estados Unidos e Irã.

A moeda estadunidense avançou desde o início dos negócios e chegou a superar R\$ 5,22 ainda durante a manhã. O dólar comercial subiu 0,83%, encerrando esta segunda-feira (28), vendido a R\$ 5,226, no maior fechamento desde 30 de março.

O movimento acompanhou a valorização do dólar frente a outras moedas de países emergentes. O índice que mede o desempenho da moeda estadunidense contra uma cesta de seis divisas subia 0,05%, às 17h04.

No exterior, a elevação dos rendimentos dos títulos de 10 anos do Tesouro dos EUA contribuiu para um ambiente menos favorável aos ativos de maior risco. O

rendimento do Treasury de dez anos terminou o dia em 5,2319%, ante 5,181% na sexta-feira (25).

Taxas mais altas em economias avançadas estimulam a fuga de capitais de países emergentes, como o Brasil. No cenário doméstico, as atenções também permaneceram voltadas para as eleições presidenciais, sem que os dados das pesquisas divulgadas ao

longo do dia alterassem o cenário de disputa acirrada.

Já o Ibovespa terminou o pregão em queda de 0,26%, aos 182.991,13 pontos, após oscilar entre a mínima de 181.931,36 e a máxima de 184.094,65 pontos. Este foi o quarto pregão consecutivo de baixa. Apesar da sequência negativa, o Ibovespa mantém alta de 3,14% em setembro e de 13,57% no ano.

COMUNICAÇÃO & MARKETING | Opinião



CLARA LAFACE

Consultora em posicionamento e gestão de marca pessoal e em comunicação interna corporativa. Docente
opinioao@portalbenews.com.br

► COMUNICAÇÃO

Ser conhecido não significa ser confiável

A visibilidade tem se tornado uma espécie de moeda muito valiosa no mercado profissional. Executivos constroem presença nas redes, algumas empresas já estimulam suas lideranças a ocupar o debate público e profissionais aprenderam que competência sem reconhecimento pode limitar oportunidades. Faz sentido – e deve fazer parte de uma estratégia de posicionamento – querer ser visto na era da economia da atenção. O erro está em supor que toda visibilidade é um ativo de valor reputacional.

O Leading CEO Benchmark 2026 traz dados interessantes para essa discussão. O estudo avaliou 50 CEOs em sete dimensões de reputação e apresentou também indicadores de notoriedade e confiança. Satya Nadella, CEO da Microsoft, ocupa a primeira posição na avaliação geral. Jensen Huang, da Nvidia, alcança 100 pontos em notoriedade e 95,6 em confiança. Elon Musk também chega a 100 em notoriedade, mas registra 48,4 em confiança. Sam Altman aparece com 100 e 56,2, respectivamente.

A metodologia exige uma ressalva. O benchmark não resulta de uma pesquisa tradicional de opinião pública: as avaliações foram produzidas com inteligência artificial generativa a partir de evidências disponíveis publicamente. Os números, portanto, não representam a porcentagem de pessoas que confiam em cada executivo. O interesse está na relação entre as variáveis analisadas e, nesse aspecto, o contraste é provocador: visibilidade mede o tamanho da exposição, enquanto reputação determina o valor que essa exposição acumula.

Essa diferença se tornou especialmente importante porque construímos, ao longo dos anos, com o advento das mídias sociais, um mercado obcecado por métricas de vaidade. Alcance, seguidores e visualizações oferecem números objetivos e imediatamente comparáveis, enquanto confiança, credibilidade e percepção são muito mais difíceis de enxergar. O que é fácil medir acaba ganhando protagonismo, mesmo quando não é necessariamente o que mais importa – dificilmente um pretenso CEO será conduzido ao cargo por conta do número de seguidores no LinkedIn.

Para uma liderança, essa distorção pode custar caro. Um executivo não amplia apenas a própria audiência quando ganha visibilidade; amplia também o efeito de tudo aquilo que já está associado ao seu nome. Se existe confiança, ela ganha escala. Se existem dúvidas sobre sua capacidade de sustentar o que comunica, elas também são amplificadas.

É por isso que exposição não deveria ser tratada como um objetivo isolado de posicionamento. Antes de aumentar o número de pessoas que conhecem um profissional, existe uma pergunta mais estratégica a ser feita: o que exatamente será ampliado

quando mais pessoas passarem a conhecê-lo?

A pergunta vale para além das redes sociais. Um profissional pode ser extremamente conhecido dentro de uma empresa e ter pouco crédito entre os pares. Pode estar nos ambientes certos e ainda assim não ser considerado para determinadas oportunidades. Pode construir uma audiência expressiva e descobrir que sua influência termina onde começam as decisões que realmente importam para sua carreira. Reconhecimento cria presença e confiança transforma essa presença em capital profissional.

Vamos pegar o exemplo do que essa pesquisa apontou sobre Elon Musk. Poucos executivos no mundo têm uma presença pública comparável à dele, e o benchmark confirma isso ao atribuir ao empresário a pontuação máxima em notoriedade. Quando o critério passa a ser confiança, porém, o resultado despenca, criando a maior distância entre os dois indicadores entre os CEOs avaliados. O caso é curioso porque mostra o limite da visibilidade como medida de reputação: é possível ocupar um espaço enorme na atenção pública sem converter essa exposição, na mesma proporção, em confiança.

Isso ajuda a entender por que reputação não pode ser avaliada apenas pela quantidade de atenção conquistada. Seu valor está na capacidade de reduzir dúvidas sobre alguém. Quando um nome carrega credibilidade, outras pessoas precisam de menos evidências para considerar uma indicação ou confiar uma responsabilidade maior. Existe um histórico trabalhando antes mesmo que o profissional perceba o tamanho da sua importância.

O contrário também acontece. Quanto maior a distância entre reconhecimento e confiança, menor tende a ser a capacidade de converter exposição em credibilidade. Nesse caso, aumentar a visibilidade pode fazer com que mais pessoas saibam quem você é, sem que isso necessariamente aumente o valor atribuído ao seu nome.

Simplesmente pensar em “como ganhar mais visibilidade?” se tornou simplista demais para profissionais que pretendem construir carreiras de longo prazo. Colher informações sobre a percepção que foi construída no mercado é o primeiro passo antes de pensar no próximo passo dentro de uma estratégia de aumento de notoriedade.

A visibilidade trabalhada da maneira certa irá colocar um nome em circulação. Mas é a reputação que determina o que esse nome passa a valer quando circula. Pense nisso e avalie se o que você projeta encontra respaldo nas suas atitudes.

Clara Laface escreve para o BE News semanalmente, com seus artigos publicados sempre às terças-feiras

SIMPLESMENTE PENSAR EM “COMO GANHAR MAIS VISIBILIDADE?” SE TORNOU SIMPLISTA DEMAIS PARA PROFISSIONAIS QUE PRETENDEM CONSTRUIR CARREIRAS DE LONGO PRAZO. COLHER INFORMAÇÕES SOBRE A PERCEPÇÃO QUE FOI CONSTRUÍDA NO MERCADO É O PRIMEIRO PASSO ANTES DE PENSAR NO PRÓXIMO PASSO DENTRO DE UMA ESTRATÉGIA DE AUMENTO DE NOTORIEDADE

COMUNICAÇÃO & MARKETING | Opinião

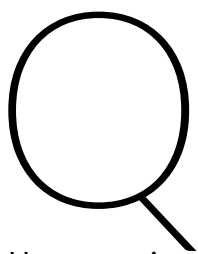


ALBERTO IBARGÛEN

Ex-editor do The Miami Herald e do El Nuevo Herald e ex-presidente da John S. and James L. Knight Foundation
opinioao@portalbenews.com.br

► COMUNICAÇÃO

O jornalismo é uma infraestrutura cívica. Precisamos apoiá-lo.



Quando uma comunidade deixa de estar bem informada, segue-se um desastre social e político gradual, como um acidente de trem em câmera lenta. Já estamos nessa trajetória, mas não é tarde demais para detê-la.

Uma pesquisa do Pew Research Center realizada em março de 2025 revelou que 80% dos adultos americanos acreditam que republicanos e democratas não apenas discordam sobre políticas, mas são incapazes de concordar sobre fatos básicos. Não é de se admirar. As instituições nas quais os americanos antes confiavam para obter notícias, especialmente em nível local, foram drasticamente enfraquecidas. A opinião apresenta-se cada vez mais como notícia; parte dela é boa reportagem, mas grande parte é simplesmente ponto de vista.

Os autores da Constituição compreendiam o perigo da concentração de poder. Eles criaram três poderes de governo — Executivo, Legislativo e Judiciário — e conferiram a cada um deles o poder de fiscalizar e equilibrar os outros. Também protegeram a religião, a liberdade de expressão e a imprensa — fontes distintas de expressão, autoridade e valores, cada uma independente do governo.

Passei grande parte da minha carreira atuando no setor de notícias ou próximo a ele. Observei como a propriedade pública de veículos de imprensa escrita e audiovisual frequentemente cedeu lugar à pressão por retornos cada vez maiores. Isso levou a uma redução nos investimentos em jornalismo e tecnologia, justamente quando alternativas como a TV a cabo e a internet se proliferavam.

Hoje, a inteligência artificial exige uma reformulação radical de todo o processo, provavelmente transformando mais uma vez a maneira como as informações são coletadas, editadas e distribuídas. Mas quem produzirá reportagens originais?

A IA pode resumir uma investigação da câmara municipal. Mas ela não consegue resumir uma investigação que jamais foi realizada porque ninguém pagou um repórter para acompanhar as reuniões, desenvolver fontes, examinar documentos e fazer as perguntas necessárias. Ironicamente, a tecnologia tornou a distribuição de informações barata, ao mesmo tempo em que destruiu as entidades econômicas que produziam reportagens originais. No entanto, a IA é a nova realidade. O jornalismo sério deve estar no centro desse cenário, aprimorando a apuração e, simultaneamente, encontrando formas de fazer com que a tecnologia ajude a sustentar o ofício do qual ela própria depende.

Algumas organizações produzem notícias que transcendem fronteiras geográficas — aquelas focadas em notícias nacionais, internacionais ou do mundo dos negócios, por exemplo — e possuem uma sinergia natural com a tecnologia, que não se limita a barreiras geográficas. Elas me parecem ser as que têm maior probabilidade de prosperar. Mas e quanto ao jornalismo local — a reportagem que serve de base para uma democracia cujos cidadãos ainda vivem, trabalham, votam e

se autogovernam em comunidades reais?

Acredito que o caminho de volta começa com uma comunidade mais bem informada.

Tive o privilégio de liderar a Fundação Knight enquanto ela financiava centenas de experimentos em jornalismo local sem fins lucrativos. Hoje, investimentos da Fundação MacArthur, da Emerson Collective e de outras entidades estão ajudando a apoiar o jornalismo local. Essas iniciativas são importantes — mas estão longe de ser suficientes.

Produzir jornalismo confiável e de alta qualidade é caro. Exige repórteres, editores e jornalistas visuais experientes, que utilizem a tecnologia de forma responsável para investigar registros públicos e verificar a veracidade de dados. Com frequência, exige também advogados para reivindicar o acesso a informações públicas, que governos relutam em compartilhar, e para defender repórteres que estão apenas cumprindo seu dever.

A filantropia precisa reconhecer o que está em jogo e investir de forma muito mais substancial no jornalismo independente, especialmente em nível local. Ele é a base da nossa democracia.

Iniciativas para incentivar o apoio governamental também podem ajudar. No entanto, esse apoio precisa ser cuidadosamente estruturado para evitar o risco de influência política. Organizações como a *Rebuild Local News* estão explorando créditos fiscais e outros métodos destinados a apoiar o jornalismo, preservando, ao mesmo tempo, sua independência. Devemos continuar experimentando.

Empresas de internet e de inteligência artificial têm interesse na existência de um jornalismo confiável e independente. Seus produtos extraem um valor enorme de um jornalismo que elas próprias não produziram. Se as organizações que produzem reportagens originais desaparecerem, a informação da qual dependem os produtos dessas empresas sofrerá uma deterioração. O que se espera delas não é filantropia, mas sim investimento na integridade de seus próprios produtos.

Os cidadãos podem desempenhar o papel mais importante. Eles precisam refletir criticamente sobre as informações que consomem online. Qual é a fonte e qual é a sua política de verificação de fatos? Muitos veículos de comunicação que trabalham com responsabilidade precisam cobrar assinatura... e os consumidores precisam apoiá-los financeiramente.

Uma democracia que funciona bem exige cidadãos informados. E cidadãos informados exigem um jornalismo independente e consistentemente confiável. Como nação, precisamos compreender o que os Pais Fundadores compreenderam: o jornalismo é uma infraestrutura cívica essencial.

JUSTIÇA

Nunes Marques reclama a Fachin de interferência do STF no TSE

Presidente do Tribunal Superior Eleitoral fez alerta para “erosão democrática” causada por sobreposição do Supremo ao TSE, após Flávio Dino derrubar decisão de Mendonça

Estadão Conteúdo

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Kassio Nunes Marques, mandou ofício ao presidente do Supremo Tribunal Federal, Edson Fachin, reclamando da interferência de ministros do STF em decisões da Corte eleitoral.

Nunes Marques fala em “elevada preocupação com episódios reiterados de indevida sobreposição de competência e de violação ao juiz natural” de uma corte sobre a outra.

O presidente do TSE citou o mecanismo segundo o qual um ministro pode julgar um pedido feito ao STF mesmo sem ter sido sorteado o relator da causa.

O episódio mais recente aconteceu no domingo, 27, quando Flávio Dino liberou em redes sociais publicações com a informação falsa de que Flávio Bolsonaro, se eleito, pretende retirar de Nossa Senhora Aparecida o título de padroeira do Brasil.

O vice-presidente do TSE, André Mendonça, havia banido a notícia falsa das redes na sexta-feira, 25, a pedido da campanha de Flávio. Dino revogou a decisão a partir de um pedido do ator Antônio Tabet, dono de um perfil em rede social que teve o conteúdo retirado do ar por determinação de Mendonça. O processo no qual Dino tomou a decisão, no entanto, tratava originalmente postagens

sobre ex-deputado Deltan Dallagnol.

Segundo Nunes Marques, esse tipo de prática busca “direcionar pedidos liminares a certas relatorias” e “subverter toda a sistemática recursal erigida pelo texto constitucional”. Ainda de acordo com o ministro, o mecanismo “altera a arquitetura constitucional da jurisdição eleitoral e fragiliza a unidade de comando necessária à condução do

processo eleitoral”.

Perigo de subordinação

O presidente do TSE também alertou para o perigo de subordinação de uma corte em relação a outra. “O resultado é o risco de captura institucional, aqui compreendida como a subordinação funcional do TSE a juízos individuais externos à estrutura da Justiça Eleitoral”, escreveu.

Leobark Rodrigues/Secom/TSE



Nunes Marques pediu que Fachin crie um filtro na distribuição das petições que solicitem medidas urgentes relacionadas às eleições deste ano

“Em período eleitoral, marcado por prazos exíguos e por efeitos de difícil reversão, a instabilidade decisória gera insegurança jurídica, estimula a litigância estratégica perante a instância percebida como mais favorável e compromete a previsibilidade das regras do jogo. É por essa via incremental - formalmente lícita, mas materialmente desestruturante - que se opera a erosão democrática, mediante o progressivo enfraquecimento das instituições incumbidas de assegurar a integridade do pleito”, completou.

No ofício, Nunes Marques pediu que Fachin crie um filtro na distribuição das petições que solicitem medidas urgentes relacionadas às eleições deste ano, inclusive no âmbito de ações já em curso, “para prevenir a proliferação de decisões que, no limite, possam impactar negativamente a isonomia entre os candidatos”.

E concluiu: “Em uma democracia saudável, ‘é o povo que produz o show e assina a direção’, não o Judiciário”, em citação à música ‘Coisa de pele’, do sambista Jorge Aragão.

Novo pede anulação de medida de Dino

Partido quer derrubar pedido de vista do ministro na votação sobre investigação de Moraes

Estadão Conteúdo

O Partido Novo solicitou na manhã desta segunda-feira, 28, ao Supremo Tribunal Federal (STF) a anulação do pedido de vista do ministro Flávio Dino, requerido em 15 de setembro durante a sessão que julgou a abertura

de investigação contra Alexandre de Moraes, também ministro da Corte.

O partido argumenta que houve irregularidades no pedido de vista e que ele foi usado para interromper a deliberação. “Deixou de servir ao exame do processo para servir à condução da sessão, inclusive para levar ao encerramento de discussão relevante que se dava naquela oportunidade”, escreve o documento.

O pedido de vista de Dino adiou a decisão sobre a junção dos julgamentos de abertura de investigação contra Moraes e André Mendonça. A discussão sobre a união dos julgamentos não era o mérito da sessão do último dia 15, entretanto, foi uma questão de ordem levantada, discutida e votada pelos ministros.

Com a solicitação de Dino, o placar está em 4 a 3, mantendo os dois casos se-

parados. O ministro chegou a votar pela união dos processos, mas seu voto não foi considerado porque pediu vistas, ou seja, mais tempo para avaliação dos processos. Com o pedido, Dino tem 90 dias para retornar o processo ao plenário, para que ele prossiga.

No documento, o Novo argumenta que a situação real do julgamento é um empate. Dessa forma, ele deve ser concluído de acordo com

a regra regimental, usando o voto do presidente, Edson Fachin, para desempatar.

O julgamento para abertura de investigação contra Moraes tem como base a descoberta de uma relação entre ele e o ex-banqueiro Daniel Vercaro. Vercaro também entrou em contato com Moraes para aconselhamentos. Além disso, o ministro teria editado um contrato entre o Master e o escritório de sua esposa.

INTERNACIONAL

Ataque russo atinge Academia Nacional de Ciências da Ucrânia

O local é o mais recente patrimônio cultural da capital. Ofensiva da Rússia contra prédios residenciais, escritórios e centros de dados matou 7 pessoas e deixou crianças feridas

Reprodução / Redes Sociais

Estadão Conteúdo

Os ataques russos contra a Ucrânia deixaram pelo menos sete mortos e mais de 60 feridos nesta segunda-feira, 28. Os bombardeios atingiram prédios residenciais, escritórios, centros de dados e um edifício da Academia Nacional de Ciências da Ucrânia.

Na região de Kiev, quatro pessoas morreram e pelo menos oito ficaram feridas, incluindo três crianças, após ataques com drones russos.

Uma das vítimas era uma mulher que estava na Academia Nacional de Ciências da Ucrânia, no distrito de Shevchenkivskyi, no centro da capital ucraniana, segundo a administração militar da cidade. O local é o mais recente patrimônio cultural da capital a ser danificado. Postos de gasolina e uma empresa farmacêutica também foram atingidos.

Em Dnipro, no sudeste da Ucrânia, um drone atin-



Homens escapam das chamas com a ajuda dos bombeiros. O ataque à Academia Nacional de Ciências da Ucrânia deixou uma vítima fatal

giu um centro de escritórios durante o horário comercial e deixou pelo menos três mortos e 12 feridos, segundo autoridades locais.

Já em Kharkiv, no nordeste do país, um bombardeio contra um prédio residencial de nove andares deixou 43 pessoas feridas, incluindo 11 crianças, afirmou o prefeito da cidade, Ihor Terekhov.

No domingo, 27, um drone atingiu uma área residencial na região de Cher-

nihiv, no norte da Ucrânia, deixando quatro pessoas feridas, incluindo duas adolescentes, informou o chefe da administração militar regional, Viacheslav Chaus.

Após os ataques, o presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelensky, afirmou que a Rússia “certamente enfrentará uma resposta por isso”.

“Cada ato de terror russo resulta em vítimas que poderiam ter sido evitadas se a pressão sobre a Rússia

finalmente se tornasse total. Pressão sobre tudo que financia e produz as armas de terror da Rússia, e sobre todos que as utilizam”, escreveu Zelenskyi em uma publicação no X.

Centros de dados

O Ministério da Defesa da Rússia afirmou que suas forças atingiram dois centros de dados e postos de gasolina em Kiev e um centro de distribuição pertencente à

empresa postal Nova Poshta em Odesa, no sul do país.

Segundo a pasta, os militares russos também atingiram um navio de carga no Mar Negro e outro no porto ucraniano de Chornomorsk. Os ataques têm como objetivo limitar as exportações de grãos da Ucrânia, embora também possam provocar escassez de alimentos em países que dependem dessas importações.

Moscou afirmou que tem como alvo apenas locais relacionados a atividades militares, mas os ataques aéreos russos atingem regularmente áreas civis.

Os novos ataques ocorreram após uma semana de esforços diplomáticos na sede da Organização das Nações Unidas (ONU) para avançar nas negociações para encerrar a invasão de Moscou, iniciada há quatro anos e meio.

O porta-voz do Kremlin, Dmitry Peskov, afirmou nesta segunda-feira que as chances de um rápido avanço para alcançar um acordo de paz eram pequenas após recentes ataques ucranianos, incluindo durante as eleições parlamentares na Rússia.

Reino Unido sofre críticas por soltura

Governo britânico liberou suspeitos de planejarem ataque contra base usada pelos EUA

Estadão Conteúdo

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, criticou nesta segunda-feira, 28, o governo do Reino Unido por permitir que os cinco homens acusados de planejar um atentado contra uma base aérea britânica utilizada pelos EUA fossem libertados sob fiança.

“Estou surpreso que tenham libertado eles; eu não teria feito isso. Sabemos tudo sobre eles. Nós não os teríamos libertado”, disse Trump aos repórteres no Salão Oval.

A polícia britânica justificou que os suspeitos continuam sendo investigados e tem condições rigorosas a serem cumpridas. “Após extensos interrogatórios e investigações, os cinco homens que haviam sido presos estão sendo liberta-

dos sob fiança policial nesta tarde”, disse o comissário-assistente Laurence Taylor, chefe da unidade de contra-terrorismo da polícia do Reino Unido, a jornalistas.

“Para deixar bem claro, isso não significa que a investigação tenha terminado. Eles estão sujeitos a condições rigorosas quanto aos seus deslocamentos e contatos com outras pessoas”, acrescentou.

A base aérea da Força Aérea Real em Fairford, no

sudoeste da Inglaterra, segue em operação.

Policiais da Força Aérea dos EUA foram vistos fazendo a segurança do local, enquanto veículos blindados foram registrados patrulhando a área interna da base aérea. Agentes também realizaram ações em vias que levavam até o local.

Vigilantes

No domingo, 28, a Força

Aérea americana afirmou que seus militares que servem no local “permanecem vigilantes”, mas que, “por razões de segurança operacional”, não discutiria “medidas específicas de proteção das forças”.

A polícia britânica examina possíveis explosivos encontrados perto da instalação. Investigadores antiterrorismo apuram se as prisões impediram uma tentativa de ataque ligada ao Irã.

INTERNACIONAL

EUA cancelam vistos de juízes e autoridades sul-americanas

Governo Trump sanciona de empresários a membros do judiciário de Bolívia, Colômbia, Equador e Peru. Entre as acusações, está a ligação com o narcotráfico. Brasil ficou de fora

Estadão Conteúdo

Os Estados Unidos cancelaram nesta segunda-feira, 28, vistos de juízes, altos funcionários e empresários de Bolívia, Colômbia, Equador e Peru, acusando-os de corrupção, ligações com o narcotráfico ou conspiração contra seus respectivos governos.

Entre os sancionados estão juízes da Suprema Corte, altos funcionários da polícia, promotores e um empresário bolivianos; um empresário e uma senadora colombianos; dois equatorianos; e um magistrado do primeiro juizado constitucional de Lima, capital do Peru, segundo o comunicado do Departamento de Estado americano.

A revogação dos vistos desses altos funcionários e seus familiares faz parte dos compromissos assumidos no âmbito da aliança Escudo das Américas, criada por iniciativa do presidente Donald Trump em março deste ano, explicou o comunicado do Departamento de Esta-

do.

“Sob a administração Trump, funcionários estrangeiros corruptos não podem mais entrar livremente nos Estados Unidos”, afirmou o comunicado. “Esta política restringe a emissão de vistos a estrangeiros - e seus familiares imediatos - que minam um governo democraticamente eleito por meio de corrupção ou atividades de narcotráfico em nossa região”, acrescentou.

“Minar um governo democraticamente eleito é uma ameaça à segurança e ao Estado de Direito nas Américas, e não será tolerado”, alertou o comunicado.

O governo conservador da Bolívia enfrentou semanas de protestos que paralisaram grande parte do país, até que o presidente declarou estado de emergência em 20 de junho, que permanece em vigor.

A Colômbia acaba de eleger um presidente, Abelardo de la Espriella, que se apresenta como aliado de Trump, após uma campanha eleitoral acirrada e acusações contra a oposição de esquerda de ter tentado impedi-lo de assumir o poder.

O Equador é outro aliado de Washington, envolvido em uma guerra contra o crime organizado apoia-

da pelas forças militares dos EUA, enquanto o Peru também acaba de eleger um presidente conservador após mais uma campanha acirrada e tensa.

Esses quatro países fazem parte do Escudo das Américas, que reúne quinze países da região. Os líderes da aliança se reuniram na semana passada à margem da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) e reafirmaram sua disposição de tomar “ações coletivas”.

Negativas

O Departamento de Estado

Reprodução / X



O Departamento de Estado, comandado por Marco Rubio, continua a embasar sanções aplicadas a autoridades que se opõem aos governos apoiados pelos EUA

tem negado permissão para viajar aos Estados Unidos como forma de reprimir a imigração ou como instrumento de pressão contra alguns governos, desde proibições de entrada para autoridades sul-africanas acusadas de discriminação contra pessoas brancas até a recusa de emissão de vistos para a delegação palestina que pretendia participar de uma reunião anual de líderes mundiais na ONU.

Entre os alvos da medida do governo Trump estão o Procurador-Geral da Bolívia, Roger Mariaca. Mariaca, eleito para um mandato de seis anos em 2024, é acusado de abuso de poder por solicitar e aceitar subornos para facilitar o narcotráfico, além de ser acusado de ajudar criminosos violentos a escapar da justiça, segundo os documentos.

“Suas ações colocam em risco os esforços do presidente Trump para combater o narcoterrorismo, ao mesmo tempo que minam as próprias instituições democráticas que a Bolívia, como participante da Shield, está trabalhando para fortalecer”, diz o comunicado do Departamento de Estado.

Mediadores tentam acabar com guerra

Informação foi confirmada por autoridades do Irã e dos EUA, mas ainda há obstáculos

Estadão Conteúdo

termediar um acordo que ponha fim aos combates e reabra o Estreito de Ormuz, disseram à Associated Press três autoridades regionais e duas autoridades americanas, mas grandes obstáculos ainda separam os dois lados.

As conversas indiretas ocorrem enquanto o conflito, que entra em seu oitavo mês, tem causado danos econômicos glo-

bais e atingido duramente o Irã. Várias tentativas de permitir navegação segura em uma das vias marítimas mais importantes do mundo fracassaram

As autoridades revelaram que os esforços nos bastidores continuam mesmo depois de o presidente dos EUA, Donald Trump, ter dito inicialmente que rejeitou uma proposta iraniana para reabrir o estreito

to em uma semana caso os EUA concordassem em suspender o bloqueio a portos iranianos, liberar ativos iranianos congelados e isentar as vendas de petróleo iraniano de sanções, entre outras condições.

O ministro das Relações Exteriores do Irã, Abbas Araghchi, que permaneceu em Nova York após a reunião de líderes

mundiais na Assembleia Geral da ONU na semana passada, se reúne com mediadores do Catar hoje para tratar das discussões mais recentes.

Apesar da retórica frequentemente belicosa de Trump, ele está aberto a buscar uma solução não militar para o conflito, se isso puder ser alcançado, disse uma alta autoridade dos EUA.

Mediadores estão trabalhando com o Irã e os Estados Unidos para tentar in-